



O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 38ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e a 37ª reunião da Comissão de Infraestrutura.

Audiência pública com a presença, como expositor, do Sr. José Sérgio Gabrielli, Presidente da Petróleo Brasileiro SA – Petrobras, com a finalidade de debater a repartição dos *royalties* do petróleo entre os entes da Federação brasileira, em atendimento aos Requerimentos de nº 58/2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, de iniciativa do Senador Humberto Costa e outros Senadores, de nº 46, de 2011, da Comissão de Infraestrutura, de iniciativa dos Senadores Francisco Dornelles e Walter Pinheiro, e de nº 48/2011, da Comissão de Infraestrutura, de iniciativa da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Blairo Maggi, bem como para conhecer e discutir a política de investimentos da Petrobras, em atendimento ao Requerimento nº 32/2011, da CAE, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, eu gostaria aqui de cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia, Senadora Presidenta da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, quero cumprimentar aqui a Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul, aqui presente, a competente Senadora Ana Amélia, o Senador Ferraço, do Espírito Santo, o nosso querido Senador Cyro Miranda, de Goiás, o nosso Senador Lindbergh Farias, do Rio de Janeiro, e cumprimentar, em nome do Deputado Federal Alceu Moreira, do Rio Grande do Sul, Presidente da Frente Mista do Pré-Sal, e da nossa querida Senadora Ana Amélia, todas as lideranças políticas aqui do Rio Grande do Sul e todos os Vereadores presentes. Quero dizer que é uma honra tê-los aqui nesta audiência pública com temas tão relevantes, como aqueles de que trataremos nesta audiência pública com a presença do Presidente Gabrielli.

Eu gostaria só de registrar também que, na primeira etapa dessa exposição, o Presidente Gabrielli vai falar sobre o plano de investimentos da Petrobras, que é um programa vigoroso, ousado, de investimentos de US\$224 bilhões nos próximos cinco anos. A vinda do Presidente Gabrielli se originou desse requerimento apresentado pelo Senador Lindbergh Farias. E depois, como estamos agora numa fase de discussão do pré-sal aqui no Senado, e todos os senhores sabem que temos até a data de 15 de setembro para votar o veto do Presidente Lula, estamos fazendo um ciclo de audiências públicas, que termina no dia 1º, pelo menos é o que foi planejado inicialmente... Ontem, tivemos aqui o Ministro Lobão; hoje, temos o Presidente Gabrielli; depois,



teremos o Nélson Barbosa, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, e, na próxima semana, na quarta teremos os Governadores dos Estados produtores e na quinta, os Governadores que representam os Estados não produtores.

Com isso, a gente fecha esse ciclo de audiências públicas da Comissão de Infraestrutura, presidida pela Senadora Lúcia Vânia, e da Comissão de Assuntos Econômicos, para que, efetivamente... Aí começa um trabalho de negociação para se buscar uma proposta de consenso até o dia 15 de setembro porque, se o veto cair, nós vamos judicializar essa discussão, e eu acho que não interessa a ninguém aqui a judicialização de um tema tão importante para os Municípios e para os Estados brasileiros e, evidentemente, para a União e para a Federação.

Esse é o intuito. Não é um trabalho fácil. Os senhores e as senhoras já conhecem as dificuldades que envolvem o pré-sal. Nós temos um compromisso com o País de fazer com que o pré-sal, a riqueza do pré-sal garanta desenvolvimento econômico, social, para que o Brasil não repita experiências de outros países que são ricos em petróleo, mas com seu povo pobre. Não podemos perder essa oportunidade, essa janela rumo ao futuro que se apresenta, especialmente com o pré-sal.

Eu queria fazer a abertura falando isto até para que todos os senhores e as senhoras conheçam bem os cronogramas. É um cronograma difícil, nós estamos aqui com várias comissões funcionando, Senador correndo pra cá, correndo pra lá, em função das suas atividades, mas é um esforço que precisa ser feito independentemente do quórum para que a gente cumpra essas etapas e até o dia 15 de setembro apresente uma proposta para discussão da distribuição dos *royalties* do pré-sal.

Antes de iniciar os trabalhos e chamar o Presidente Gabrielli, vou passar a palavra para a Senadora Lúcia Vânia, nossa Presidente da Comissão de Infraestrutura.

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Delcídio do Amaral, Srªs e Srs. Senadores, cumprimento, a exemplo do que fez o Senador Delcídio do Amaral, todas as lideranças que aqui se encontram, quero dizer que V. Sªs são bem-vindos aqui nesta discussão.

Nesta 37ª reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura em conjunto com a 38ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, ouviremos o Sr. José Sérgio Gabrielli, Presidente da Petróleo Brasileiro AS – Petrobras, com o objetivo de dar continuidade ao ciclo de debates acerca da repartição dos *royalties* do petróleo, além do motivo principal do Requerimento, que já foi dito aqui pelo Senador Delcídio do Amaral, que seria conhecer os investimentos da Petrobras para o próximo período.



A proposta da presença do Sr. Gabrielli aqui hoje é, sobretudo, apresentar essa discussão através de um viés técnico e didático de forma a contribuir para o esclarecimento público de um assunto também tão complexo como a repartição dos *royalties* do petróleo.

Sabemos que este não tem sido um debate de unanimidades, pois envolve interesses diversos, mas ainda assim este Senado está disposto a ouvir as possibilidades e propostas que ainda possam ser apresentadas na expectativa de chegarmos a um consenso.

Foi dito aqui pelo Senador Delcídio, e concordamos com isto, que a derrubada do veto levaria esse tema ao Judiciário, o que não é bom para ninguém, não é bom principalmente para o País.

Portanto, quero, aqui, nesta oportunidade, cumprimentar o Senador Delcídio do Amaral, dizer da nossa satisfação, como Presidente da Comissão de Infraestrutura, de estar ao seu lado num debate tão importante como este e dizer que o Senador Delcídio do Amaral, por ser da área terá muito a colaborar na formatação desse projeto que pretendemos entregar ao Presidente da Casa, Presidente José Sarney, até o dia 15 deste mês.

Portanto, muito obrigada pela presença de todos e vamos à nossa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Presidenta Senadora Lúcia Vânia.

Eu pediria ao Senador Wellington Dias e ao Senador Lindbergh que conduzam à Mesa dos trabalhos o Presidente Gabrielli, nosso Presidente da Petrobras. É a nossa comissão de frente. *(Pausa.)*

Nós queremos dar as boas-vindas ao Dr. José Sergio Gabrielli, Presidente da nossa querida Petrobras.

Meu caro Gabrielli, V. S^a terá 30 minutos para a exposição. Depois, começaremos os debates, priorizando aqueles que apresentaram requerimentos nas duas Comissões, de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos, para que façamos um bom debate, aproveitando a presença do Presidente Gabrielli aqui, entre nós.

Com a palavra o Presidente Gabrielli.

Mais uma vez, as boas-vindas aqui, das Comissões de Assuntos Econômicos e Infraestrutura do Senado Federal.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Exm^o Sr. Senador Delcídio do Amaral; Exm^a Sr^a Senadora Lúcia Vânia; Exm^{os} Srs. Senadores e Deputados aqui presentes; senhores e senhoras, é com muito prazer que eu estou aqui para apresentar – sei que a discussão mais candente, neste momento, é sobre os *royalties*, mas, se não houver produção, não há *royalties*. Então, eu tenho de falar um pouco da produção antes de falar do *royalty* porque, se não houver produção, não há *royalty*. Então, eu quero falar um pouco mais da produção, dar alguns números para os senhores e apresentar perspectivas para o futuro.



Neste primeiro *slide*, eu queria chamar a atenção dos senhores para este primeiro *slide*, porque este primeiro *slide* mostra um pouco a evolução dos investimentos da Petrobras de 1954 para cá.

Nos últimos 30 anos, a Petrobras cresceu uma média de 10% ao ano, de produção, de petróleo e gás.

A Petrobras conseguiu ter esse crescimento extraordinário, de 10% em média ao ano, nos últimos 30 anos, não de forma linear, mas com saltos na sua produção, à medida que descobriu novas áreas de exploração para produção de petróleo.

Então, a Petrobras começa, em 1954, com a produção de 2,2 mil, 2,3 mil barris por dia. De 2 mil barris por dia. Hoje, a Petrobras produz 2 milhões de barris por dia!

A Petrobras sai da produção de terra, vai para a produção de águas rasas, porque descobre novas fronteiras em águas rasas, principalmente da bacia de Campos; das águas rasas, vai para as águas profundas e começa a produção dela nas águas profundas em 1978. E, de 1978 para cá, ela produz intensamente nas águas profundas da bacia de Campos.

A partir de 2003, ela intensifica seus investimentos e, ao intensificar seus investimentos, descobre a bacia de Santos e a bacia do Espírito Santo. E tem a enorme descoberta, com a bacia de Santos, de uma nova fronteira, que vai permitir à Petrobras dizer que, nos próximos dez anos, vai crescer 9,6% ao ano.

Portanto, ela cresceu, nos últimos anos, nos últimos 30 anos, 10% ao ano e vai crescer 9,6% nos próximos dez anos. Vai sair da produção atual de 2 milhões de barris para atingir 3 milhões de barris em 2015, e atingir 4,9 milhões de barris em 2020.

Nessa produção da Petrobras – é só Petrobras –, se você adicionar à produção dos outros sócios da Petrobras, dos outros produtores na bacia de Campos e dos outros produtores no Brasil, pode-se estimar que o Brasil estará produzindo, em 2020, mais de 6 milhões de barris por dia. Ou seja, três vezes mais do que hoje! Nenhum barril, nenhum barril desses 6 milhões de barris virá de áreas do novo pré-sal. Nenhum barril desses virá das áreas cujos *royalties* os senhores estão discutindo, porque, para esses seis milhões de barris, valem atualmente as regras da concessão, as regras atuais da distribuição de *royalties*. Esse é um elemento para o qual eu acho extremamente importante chamar a atenção, porque nós estamos prevendo um aumento da produção três vezes maior do que é hoje nas áreas atualmente concedidas. Então, consequentemente, mantido tudo o mais constante, os *royalties* e participações serão multiplicados por três, de hoje até 2020.

(Próximo, por favor.)

Para fazer isso, evidentemente teremos que fazer investimentos. Na indústria de petróleo, diferentemente de outras indústrias, a produção vem do



que foi investido. Se não houver investimento, não haverá produção. E você investe e começa a produzir o mais rapidamente possível no máximo de capacidade de produção possível.

Quando nós comparamos o plano da Petrobras 2012/2014 no período 11/14 com o período 2011/2015, nós vamos ver que os números são globalmente a mesma coisa: US\$224 bilhões e US\$224,7 bilhões. Mas são muitos diferentes. Eu queria chamar atenção para algumas diferenças. Primeiro, no plano até 14, os US\$224 bilhões correspondiam a R\$419 bilhões.

O plano 2011/2015 corresponde a R\$389 bilhões, por causa da taxa de câmbio. Consequentemente, a valorização do Real faz com que esse plano 11/15 em reais seja menor do que o plano 11/14 em reais. Essa é a primeira mudança.

A segunda mudança importante: nós estamos aumentando o investimento na atividade de exploração e produção de petróleo. Nós estamos saindo de 53% para 57% na atividade de exploração de petróleo. Ou seja, nós estamos aumentando investimento na produção e na descoberta de novas fronteiras de petróleo. E mais ainda: nessa atividade, nós estamos fazendo uma mudança muito importante que é importância do pré-sal nessa produção.

O pré-sal hoje representa 2% da produção da Petrobras. Em 2015, o pré-sal vai representar 18% da produção da Petrobras. Em 2020, o pré-sal vai representar 40% da produção da Petrobras. Dois por cento, 18%, 40%, nenhum barril do novo pré-sal, toda a produção do pré-sal já concedido. O campo de Lula, Guará, Carica, Bem-te-vi, Iara, a cessão onerosa, as áreas que estão sob concessão ou que estão sob o regime de cessão onerosa. Não há nenhum barril na partilha de produção nesses números.

Segundo elemento importante: no investimento que nós fazemos para encontrar petróleo, a maior parte dos investimentos que nós fazemos para encontrar petróleo está fora do pré-sal. A maior parte dos investimentos, que são US\$22 bilhões, serão investimentos feitos fora do pré-sal.

O investimento de produção, no entanto, a maior parte do investimento para desenvolver a produção, para acelerar a produção será feito na região do pré-sal brasileiro.

Consequentemente, nós estamos dizendo o seguinte: o pré-sal se torna realidade cada vez mais. A Petrobras hoje produz 127 mil barris por dia do pré-sal já. Se nós colocarmos Petrobras e parceiros, o pré-sal está produzindo mais de 150 mil barris por dia hoje. Nós vamos produzir do pré-sal mais de 540 mil barris por dia em 2015 e vamos produzir do pré-sal mais de 2,3 milhões de barris por dia em 2020. E esse pré-sal não é o pré-sal novo. Esse é o pré-sal já concedido. Eu faço questão de enfatizar isso porque sobre esse pré-sal, em tese, valem as regras atuais.

A segunda diferença importante é na área de refino. Na área de refino, nós temos a seguinte situação no Brasil – chamo isso de segundo pré-sal



brasileiro, esse segundo pré-sal é com letra minúscula: o mercado brasileiro de derivados de petróleo é dos que mais crescem no Brasil. Nós hoje consumimos, no Brasil, 2,2 milhões de barris em derivados. Nossa capacidade de refino instalada é de 1 milhão, 845. Portanto, nós temos hoje uma situação no Brasil em que nós importamos diesel – nós importamos, anualmente, diesel –, nós importamos gasolina, nós importamos querosene de aviação, nós importamos gás liquefeito de petróleo, nós importamos nafta; nós exportamos óleo para navio...

(Interrupção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Mas etanol é outra coisa, por outras razões, aqui estou falando do petróleo; importamos etanol também, posso até falar um pouco do etanol, mas aqui estou falando do petróleo e das refinarias. E nós temos uma enorme obrigação de não somente, nesse período, atender a esse mercado, que é hoje importador, porque nós não temos capacidade de produzir, portanto temos de importar esses produtos; mas nós, além disso, temos de fazer um enorme investimento para melhorar a qualidade do diesel e da gasolina. Nós temos que reduzir a quantidade de enxofre na gasolina e no diesel. Isso vai demandar, no nosso plano, quase 24 bilhões de dólares sem aumentar um barril na capacidade de produção, apenas reduzindo a emissão de enxofre na gasolina e no diesel.

Felizmente, nós estamos concluindo esse ciclo. Então, nós estaremos concluindo o ciclo de investimentos na qualidade do diesel e da gasolina. Vamos implantar 26 unidades novas de hidrotratamento e de hidrossulfurização nas nossas refinarias, de tal maneira que nós vamos reduzir drasticamente, de algumas áreas de duas mil partes por milhão de enxofre para 10 partes por milhão de enxofre, a partir de 2014. Dez partes por milhão de enxofre. Isso é um investimento pesado, que não aumenta em nada a produção.

Nós vamos também, nesse investimento gigantesco de 73 bilhões, 74 bilhões de dólares, nós vamos criar, iniciar a construção e concluir algumas refinarias. Vamos iniciar a construção de cinco refinarias. Cinco refinarias serão construídas aí, de tal maneira que, de hoje até 2020, nós vamos acrescentar à capacidade de refino no Brasil mais um milhão e 200 mil barris por dia. Nós vamos chegar, em 2020, com a capacidade de refino, que hoje é de 1 milhão e 840, para 3 milhões e 100 mil barris por dia no Brasil. Em 2020, portanto, nós não somente seremos autossuficientes na produção de petróleo, mas também seremos autossuficientes no diesel, na gasolina, no QAV, no GLP. Na nafta não, a nafta depende da natureza do petróleo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – No enxofre nós vamos ter, a partir de 2014, 10 p.p.m., 50 p.p.m. e 500 p.p.m., dependendo dos diferentes tipos de enxofre, mas, na maior parte das capitais, serão 10 p.p.m., e na maior parte das cidades maiores, 50 p.p.m.



(Intervenção fora do microfone.) – Hoje é quanto?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Hoje, o diesel metropolitano é 50 e o diesel das cidades menores é 2.000. Agora, tudo isso implica uma série de outras mudanças, não basta o diesel. Não basta o diesel. Eu queria lembrar que, para isso, vai ser necessário trocar os motores dos caminhões e dos ônibus porque, para os motores atuais da maior parte de nossa frota, ter diesel de 10 ou de 50 ou de 2.000 não tem diferença. Para que esse diesel tenha efeito sobre o meio ambiente, é preciso que o motor seja outro, e não é esse motor que nós temos, particularmente nos veículos fabricados antes de 1998. Depois de 1998, você pode adaptar alguns elementos na exaustão que permitem segurar os particulados, mas, na maioria dos veículos nossos, nem com isso você tem efeito.

A terceira mudança importante é no gás e energia. Nos últimos anos, nós investimos fortemente na montagem de uma cadeia de gasodutos no Brasil. Temos hoje quase 10.000km de gasodutos funcionando no Brasil, de tal maneira que temos uma rede nacional. Você pode injetar gás natural no Ceará, na Bolívia, no Rio de Janeiro, na Bahia, no Rio Grande do Norte, e esse gás injetado na rede é usado em qualquer lugar do Brasil, porque a rede é integrada nacionalmente.

Essa fase se concluiu. Os nossos novos investimentos em gás e energia não serão mais na construção de gasodutos. Os nossos novos investimentos na área de gás e energia serão para aumentar a flexibilidade da oferta de gás e na demanda de gás no Brasil. Então, nós vamos construir três plantas de ureia e amônia, que são nitrogenados, gerados a partir do gás natural para fertilizantes, e vamos construir uma capacidade de regaseificação de 41 milhões de m³/dia. Hoje nós temos 21, vamos para 41 milhões de m³, que é mais do que o gasoduto Brasil-Bolívia. O gasoduto Brasil-Bolívia, ou Bolívia-Brasil, é de 30 milhões de m³/dia. Teremos, nos nossos portos, no Ceará, na Bahia e no Rio de Janeiro, a capacidade de injetar, no sistema brasileiro 41 milhões de m³/dia em 2015. Então, hoje já tem 21, vamos construir mais 20. Essas são mudanças importantes no gás e energia.

E, no etanol e no biodiesel, também nós temos uma mudança muito importante. Nós temos um investimento previsto de 4,1 bilhões de dólares na área de biocombustíveis, sendo que a maior parte desse investimento vai ser dedicada, dessa vez, ao etanol. Nós vamos sair de uma produção atual de 5,3% da produção total da Petrobras com seus sócios para estar produzindo, em 2015, 12% da produção brasileira de etanol. Provavelmente, nós seremos o maior produtor de etanol do Brasil em 2015, estaremos produzindo 5,6 bilhões de litros de etanol em 2015. Há dois anos, não tínhamos nenhuma produção. Hoje nós produzimos 1,6 bilhão de litros, vamos passar a produzir 5,6 bilhões de litros em 2020.

(Próximo, por favor.)



Aqui temos um exemplo do tipo de produção que nós fizemos. Se os senhores e senhoras notarem, estamos dizendo o seguinte. Em 2015, estaremos produzindo, de óleo e gás, 3 milhões, 993; 3 milhões e 70 de petróleo no Brasil, 543 mais 13 do pré-sal e o restante fora do pré-sal – esse pré-sal de novo é o pré-sal já concedido. Para fazer isso, nós vamos implantar, de 11 a 15, 10 plataformas no pós-sal, 8 plataformas de produção no pré-sal e um projeto de produção na cessão onerosa. Nós vamos adicionar de capacidade – não é adicionar produção, vamos adicionar de capacidade – 2,3 milhões de barris por dia, de capacidade adicional de produção.

Só para lembrar, nós levamos 57 anos para produzir 2 milhões e 100. Nos próximos cinco anos, nós vamos adicionar 2 milhões e 300, à velocidade que estamos fazendo aqui. Significa que nós vamos implantar esse monte de projetos aqui. São 19 grandes sistemas de produção, que vão entrar em produção, no pós-sal e no pré-sal. Isso faz com que a produção chegue próxima, de petróleo e gás, no Brasil e no exterior, a 4 milhões de barris.

Agora, notem, de 2015 a 2020, se aqui são 19, nesse período aqui, serão 35. Portanto, a aceleração que nós vamos ter no período 15-20 é maior do que o que tivemos nesse período aqui, que já é uma aceleração muito grande.

(Próximo, por favor.)

Isso aqui mostra um pouco como é que nós vamos sair dos dois milhões para os três milhões.

Cada quadradinho desse aqui, que é muito bonitinho e fácil de fazer, tem milhões de horas/homens técnico, tem milhares de componentes, tem centenas de fornecedores, porque é um sistema que vai produzir 120 mil barris por dia. É um sistema que vai produzir 100 mil barris por dia, 180 mil barris por dia, 80 mil barris por dia. Isso aqui são quatro testes de longa duração. Vamos produzir 30 mil barris por dia cada um.

Então, isso aqui é um sistema extremamente complexo. É bonito fazer assim, mas a ideia é mostrar que nós temos um gigantesco programa para fazer isso.

Como é possível dizer que vamos fazer isso? Até 2013, todos esses sistemas já estão contratados e estão em construção. Nós estamos em processo de contratação dos sistemas de 2014 e 2015. Até 2013 estão todos contratados e em construção. Portanto, temos, hoje, uma tranquilidade de dizer que é possível fazer isso porque já temos isso contratado.

(Próximo, por favor.)

Isso aqui tenta mostrar um pouco o volume de vendas nosso. Isso aqui é transformando todos os nossos produtos em barris de óleo equivalente. Então, temos venda de fertilizantes transformados em barris de petróleo, energia elétrica transformada em barris de petróleo, biocombustíveis transformados em barris de petróleo equivalente, vendas internacionais em barris de petróleo equivalente, gás natural em barris de petróleo, exportações em barris de



petróleo, venda para outras distribuidoras no Brasil em barris de petróleo, vendas para nossa distribuidora BR em barris de petróleo.

Eu queria chamar atenção para o volume que nós operamos hoje em vendas. Nós estamos, hoje, vendendo o equivalente a 3,8 milhões de barris por dia. Nós vamos chegar a 2020 com uma operação equivalente a sete milhões de barris por dia.

Notem que as nossas exportações hoje são de 586 mil barris por dia e vamos crescer essas exportações para 2,3 milhões de barris por dia em 2020. Exportações, além do mercado doméstico, de 2,7 milhões, de petróleo, de derivados de petróleo.

Notem que, além desses 2,3 milhões, nós estaremos vendendo, internacionalmente, mais 900 mil barris por dia. Portanto, a Petrobras, em 2020, estará vendendo ao mercado internacional no Brasil, do Brasil e fora do Brasil, mais de três milhões de barris por dia.

Esses 2,3 milhões, para dar uma noção do que representa isso, significa que as exportações correspondentes a 2,3 milhões, se o preço do petróleo for US\$80.00, representa US\$67 bilhões só de exportações em 2020. Esse é o tamanho do programa que nós estamos apresentando.

(Próximo, por favor.)

Aqui nós temos as refinarias. Nós temos a Refinaria Abreu e Lima, que entra em operação no final de 2012, que é de Pernambuco, que nesse momento é com a PDVSA, até que ela se decida se casa ou não casa. O casamento ainda está para se realizar.

Nós temos o primeiro trem do Comperj, no Rio de Janeiro, que entra em 2013, temos o primeiro trem da Refinaria Premium I, no Maranhão, que entra em 2016, o primeiro trem da refinaria do Ceará, que entra em 2017, o segundo trem da refinaria do Rio de Janeiro, que entra em 2018, e o segundo trem da refinaria do Maranhão, que entra em 2019.

Então, vamos sair de uma capacidade de refino, carga fresca processada, hoje, de 1,8 milhão de barris por dia para chegar a 3,2 milhões, em 2020, com um mercado que será entre três milhões e 3,3 milhões em 2020.

Mas notem que nós vamos estar produzindo petróleo, 4,1 milhões, em 2020. Se nós pudéssemos voltar atrás e lembrar de 1980, veríamos que em 1980 nós tínhamos uma produção de 181 mil barris por dia, uma capacidade de refino de 1,4 milhão e um mercado brasileiro de um milhão. Nós importávamos petróleo leve, processávamos no Brasil e vendíamos para o mercado brasileiro. Saímos de 181 mil para atingirmos, hoje, dois milhões. Saímos de 1,3 milhão para 1,8 milhão. E o mercado brasileiro, que era de um milhão, foi para dois milhões.

(Próximo, por favor.)

Mas tem outro detalhe importante: o Brasil cresce mais fora do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, Sul e Sudeste. O Brasil cresce mais no



Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Se olharmos a capacidade de refino nossa no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, vamos ver que hoje temos um déficit de 464 mil barris por dia no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, porque nossa capacidade de refino é de 299 e a demanda é de 763. Com as refinarias que vamos fazer até 2015, essa capacidade de produção vai sair de 299 para 552, mas o mercado do Nordeste, Centro-Oeste e Norte vai sair de 763 para 968, de tal maneira que continuaremos com déficit nessas regiões. No Sul e Sudeste, o mercado é relativamente equilibrado hoje e vai continuar relativamente equilibrado em 2015. Portanto, as refinarias têm de ser localizadas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, porque é lá que temos o maior déficit de produtos no nosso mercado.

(Próximo, por favor.)

Aqui, tem um pouco da divisão dos investimentos da Petrobras. É uma visão operacional, o que significa que é um investimento onde ele vai ser usado, não onde ele está sendo produzido. Evidentemente, ele vai ser usado predominantemente no Sudeste, que é onde está o petróleo nosso. Temos a maior parte do nosso petróleo na bacia de Campos, na bacia de Santos e na bacia do Espírito Santo. Portanto, a maior parte do petróleo está aqui nessa região e é onde teremos o maior investimento, mas isso não quer dizer que todo esse investimento que será feito aqui está sendo produzido nessa região. Nós temos investimentos feitos – vou mostrar mais adiante – em outras regiões do País que atendem a essas regiões. O Nordeste vai ter um investimento de 45 bilhões; o Centro-Oeste, onde ainda não encontramos petróleo, 2,9 – algum dia, encontraremos, não é Senador?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Tem gás? Então, temos de achar.

(Próximo, por favor.)

Então, nós temos um problema novo, porque, para se fazer tudo isso, nós precisamos de gente. Assim, treinamos já 78 mil pessoas para a cadeia de fornecedores da Petrobras. Vamos precisar treinar mais 212 mil pessoas.

(Próximo, por favor.)

Já treinamos esses 78 mil em quase todos os Estados do Brasil: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro – evidentemente, treinamos no Rio de Janeiro um bocado de gente –, São Paulo – um bocado de gente. Então, 78 mil pessoas já foram treinadas. Vamos treinar mais 212 mil, distribuídos dessa forma que temos aqui.

(Próximo, por favor.)

Das 291 mil pessoas que treinamos e vamos treinar de 2006 a 2014, realizamos cursos em 17 Estados e 34 cidades. Temos 185 cursos estruturados de nível básico, de nível médio e de nível superior. Fizemos cinco



ciclos de seleção de candidatos; tivemos 750 mil candidatos inscritos e aprovamos 106 mil. Vamos fazer mais 12 mil turmas até 2014 com setenta entidades para treinar os profissionais para trabalhar na cadeia de petróleo e gás. E 81% dos egressos dos nossos cursos estão empregados.

(Próximo, por favor.)

Aqui, mostra um pouco o que aconteceu com a cadeia de fornecedores nossos. Como os senhores podem ver, os nossos fornecedores estão predominantemente no Sul e no Sudeste, mas na costa, no período de 2000 a 2003; de 2004 a 2007, passamos a perceber que tem um pouco mais de interiorização. A costa continua predominante, mas já há mais interiorização da nossa cadeia de fornecedores para o interior do Brasil, o que mostra um pouco um envolvimento maior do conjunto do Brasil no fornecimento de bens e serviços para a cadeia de petróleo e gás.

(Próximo, por favor.)

Aqui, mostra um pouco – vou entrar no tema *royalties* e participações – a participação da Petrobras na arrecadação dos Estados e Municípios brasileiros. Em todos os Estados brasileiros, com exceção de São Paulo, a Petrobras é responsável por mais de 13,8% da arrecadação desses Estados. O Estado em que mais somos responsáveis é o Estado do Amapá, com 39,6% da arrecadação do Amapá; em segundo lugar, está o Rio de Janeiro, com 35,9% da arrecadação do Rio de Janeiro vindo da Petrobras, da venda direta e indireta da Petrobras, porque aqui inclui ICMS, *royalties* e participações especiais. ICMS, *royalties* e participações especiais no Rio de Janeiro... O Piauí está aqui com 20%. Mais do que na Bahia, que está com 19,6%. Isso aqui é arrecadação total.

Aqui mostra um pouco o aumento do que a Petrobras pagou de Cide, ICMS, PIS/Pasep, Cofins, Imposto de Renda, Contribuição Social e outras contribuições – 1.010% foi o crescimento de 1999 para 2010. Esse foi o crescimento das contribuições e participações governamentais da Petrobras nesse período. No ano de 2010, nós recolhemos R\$19,8 bilhões de participações governamentais no País, pela Petrobras.

Do ponto de vista da arrecadação federal, levando em conta apenas a controladora, a Petrobras, sem as subsidiárias – a Petrobras corresponde a quase 7% da arrecadação federal, somente a Petrobras controladora, 7% da arrecadação federal. Já fomos 8,8% em 2008. Mas, como a arrecadação federal cresceu muito, a Petrobras caiu relativamente, apesar de também ter tido um pequeno... Aqui é queda do lucro da Petrobras, essencialmente, via redução do Imposto de Renda da Petrobras.

Aqui é um pouco o modelo – os senhores conhecem – de distribuição de renda. Qual é o papel da Petrobras na distribuição de *royalties* no Brasil? Na lei atual. A Petrobras produz petróleo e gás e a ANP faz um cálculo de quanto vale essa produção. Esse valor dessa produção não é feito com base



no preço que a Petrobras vende, é um preço cotado em dólar no mercado internacional. É uma cesta de produtos cotada em dólares no mercado internacional. Então, não importa se a gasolina é baixa ou alta; não importa se o *diesel* é alto ou baixo no Brasil. O imposto de *royalties* que nós pagamos é com base nos preços internacionais, cotado por uma cesta de produtos que mede isso aqui. Valora-se isso aqui e se define o *royalty*, a Petrobras paga o *royalty*. A Petrobras não paga o *royalty* a nenhum Estado, a Petrobras não paga o *royalty* a nenhum Município. A Petrobras paga o *royalty* ao Tesouro Nacional. O Tesouro Nacional recebe esse *royalty* através do Banco do Brasil, que distribui esse *royalty* para os Municípios e os Estados, de acordo com os critérios que o IBGE define. Então, a Petrobras só faz pagar o *royalty*. A Petrobras não tem nada a dizer sobre a distribuição do *royalty*, ela só faz pagar o *royalty*. Nada mais do que isso. Isso é uma coisa importante.

A distribuição entre Estados e Municípios é com base em dois sistemas. Os Estados, como os senhores podem ver, têm linhas octogonais que definem para o mar quais são as áreas que correspondem a cada Estado no limite do Estado. Vocês veem o Paraná, por exemplo, tem uma linha que tende a acabar com... Paraná, pequenininho; Piauí nem tanto, tem mais. Mas aqui é paralelo ao Piauí, quase paralelo. Então, são dois Estados que têm uma situação diferente. Isso aqui é o IBGE, a Petrobras não tem nada a ver com isso.

Além disso, que define os limites dos Estados, tem a definição dos Municípios. Essas linhas são dos Municípios, correspondem aos Municípios confrontantes dentro de cada Estado. Combinando essas duas coisas, aí nós temos a distribuição dos Estados e dos Municípios, que pega a produção de todos os poços e distribui isso para os diversos Estados e os diversos Municípios. Vou apresentar na média de 2006-2010 como é que a ANP – esses dados não são nossos, são dados da Agência Nacional de Petróleo – distribui os *royalties*: o Rio de Janeiro levou 69,25% dos *royalties*; os outros Estados levaram o resto desses *royalties*. Essa é uma realidade fática do período 2006-2010.

No que se refere aos Municípios, *royalties* municipais, os Municípios do Rio de Janeiro levaram 67,96% dos *royalties* desse período.

No que se refere às participações especiais, que são pagamentos que são feitos sobre os campos de alta produtividade, o Rio de Janeiro levou 95,4%, no período 2006-2010, das participações especiais, que são maiores, são três vezes mais do que os *royalties*. Então, consequentemente, temos uma distribuição onde o Rio de Janeiro é, predominantemente, o receptor dos *royalties* e participações.

Em termos de participações especiais nos Municípios, os Municípios do Rio de Janeiro levaram 95,4% dos *royalties*. Os 5% foram distribuídos pelos outros Estados do País.



E aqui estão juntos Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Bahia e Amazonas, que são os cinco Estados maiores em *royalties* e participações. Esses cinco Estados maiores, no período 2006-2010, receberam R\$9,8 bilhões, e aqui está a distribuição dos outros, em escala, nesse mesmo período. Os números estão referindo-se à situação atual.

(*Próximo, por favor.*)

Agora, nós recolhemos, em 2010, 19,8 bilhões nesse sistema. Qual é a previsão nossa de recolhimento de *royalties* e participações especiais na nossa produção, olhando 2015 e olhando 2020, na hipótese de US\$80.00 o barril? São R\$29,7 bilhões...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Deixa-me perguntar: aí entra a parte da Petrobras e as empresas outras?

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Não. Só tem Petrobras aí.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Ok.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – São R\$29,7 bilhões que pretendemos recolher de *royalties* e participações, nessa regra atual, em 2015, e R\$45 bilhões, nessa regra atual, em 2020. Isso é na regra atual, que tem aquela distribuição que nós já apresentamos. Portanto, estamos dizendo...

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Presidente, a participação especial continua, então, nesses que já estão contratados?

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Claro. Claro, continua. Mudando a partilha.

Então, portando, aqui são R\$45 bilhões previstos em 2020, se a produção nossa for aquela que dissemos, a 80 dólares o barril.

Aqui é para mostrar um pouco o quadro nos campos de alta produtividade, comparando com campos equivalentes no mundo. Nós pagamos, nos campos de alta produtividade no Brasil, 76% de participações governamentais, hoje. Nos Estados Unidos, no *gulf offshore*, se pagam 47%; no Reino Unido, 51%; em Angola, 78%; na Noruega, 81%; na Nigéria, 81%; no Alasca, Estados Unidos, 82%, e, na Rússia, 94%. Portanto, nós não estamos pagando muito menos do que a média dos países do mundo nos campos equivalentes. Portanto, nós já temos uma tributação, em termos de participações especiais, na situação atual, de 76%. Basicamente, de cada três barris que nós produzimos, nós pagamos aos governos dois barris. Nós ficamos com um barril. Para tudo, mais.

Então, eu não vou entrar, como os senhores perceberam, na discussão que é competência dos nobres Senadores, que é a discussão sobre a distribuição dos *royalties* futuros. Estou apenas expressando a realidade do que fez a atual.

Muito obrigado, Sr. Senador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Não, esse último é agora...



O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, esse último é agora, no modelo atual.

Bom, nós vamos chamar o primeiro orador, Senador Lindbergh Farias, autor do Requerimento nº 32/2011, da Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia, pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria, Presidente Delcídio do Amaral, além de cumprimentar o Dr. Gabrielli pela exposição brilhante que fez, endossar e subscrever as suas afirmações no início desta audiência pública, porque o que V. Exª disse e a Senadora Lúcia Vânia, também, de certa maneira confirmou: o pior dos mundos é a judicialização desse processo.

Então, penso que nós teremos condições, sim, através de uma negociação madura, democrática, responsável e competente, de chegar a bom termo nesse processo dos *royalties*.

Está aqui o meu Líder, Senador Francisco Dornelles. Estamos em campos opostos nessa matéria, porque ele sendo do Rio de Janeiro é favorável à manutenção do veto e eu sou favorável à derrubada do veto, porque represento o Rio Grande do Sul, e os Municípios gaúchos também querem uma repartição mais justa desse patrimônio que é dos brasileiros.

Então, queria apenas subscrever o que disse V. Exª, sobretudo em relação ao risco da judicialização e que o melhor caminho é mesmo a negociação e o entendimento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia pelas palavras. E eu não tenho dúvida nenhuma de que nós vamos chegar a uma solução definitiva até esse *deadline* que nós temos aí, que é o 15 de setembro.

Eu inicio aqui com o primeiro orador, signatário do requerimento – são requerimentos que entraram, foram aprovados e estão cronologicamente aqui listados com seus autores. Então, eu passo a palavra para o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Presidente, vou tentar ser breve aqui. Os números impressionam em relação aos investimentos, impressionam também os números em relação ao valor de mercado da empresa. Eu vejo aqui que, em 2003, a empresa estava valendo 14 bi. Eu não sei o número atualizado, mas o último número que tenho é 224 bilhões. Investimentos em 2003 – 5,6 bilhões; em 2007, já tínhamos ido a 20; agora é uma média superior a 50 bilhões por ano. Eu queria fazer uma pergunta: qual foi o momento dessa virada? Uma decisão política da empresa? O papel do



governo? O que houve nesse período, porque o primeiro gráfico que o senhor apresenta nos impressiona? A gente vem num ritmo e depois o número de investimento sobe de forma muito brusca. Então, eu queria saber se houve um momento, uma decisão política importante no caso.

Eu queria saber em relação ao PIB. Quanto o Brasil arrecada da Petrobras – 3%, 4% – em relação ao PIB?

Queria falar também em relação à inflação/etanol. Eu aqui quero dizer que, contra algumas opiniões do mercado, eu acho fundamental o que a Petrobras tem feito quando há oscilação do preço internacional do petróleo. Não jogar logo aquilo para a bomba. Isso tem sido importante, principalmente no começo do ano, no cenário complicado que nós tivemos quanto à questão da inflação.

E aí uma decisão em relação ao etanol; da Petrobras investir firme na produção de etanol. Houve um diálogo com o governo. Nós sabemos também que o etanol pressiona muito a inflação. Tivemos alguns meses em que o problema foi justamente o etanol. Se houve um diálogo do governo, se a Petrobras está ajudando nessa preocupação com o controle inflacionário.

Eu queria perguntar sobre a crise econômica internacional. Praticamente todo mundo hoje avalia que a China vai desacelerar um pouco, vai haver uma redução do preço das *commodities*. Eu pergunto: isso pode, de alguma forma, influenciar nesse plano de investimentos? E se essa crise econômica se agrava? Há existência de um cenário de restrição de crédito, isso pode também influenciar nesse plano de investimento?

Por fim, no Rio de Janeiro, há pouco tempo, encontrei um livro de Celso Furtado sobre a Venezuela, um livro fantástico que falava que a Venezuela podia ser o primeiro país desenvolvido da América do Sul. Eu queria saber o que nós estamos fazendo de inovação? O que vamos fazer para internalizar conhecimento, ciência e tecnologia?

Quero só concluir falando num ponto só sobre *royalties*: eu também estou convencido de que há um espaço para uma construção coletiva aqui entre Estados e Municípios não produtores e Estados e Municípios produtores. Presidente Gabrielli, nós achamos importante tentar achar alguma saída para Estados e Municípios não produtores agora, e aqui tem um ponto – por isso que aquele último gráfico me chamou a atenção: de 313 campos, em apenas 22 nós temos a cobrança de participação especial.

Esse decreto de 98 era um decreto que aconteceu num momento em que o preço do barril era algo em torno de US\$15.00. Hoje está US\$100.00. Será que aqui não há um caminho na discussão desse decreto de 98 para cobrarmos participação especial porque o cenário é outro? Alguns campos, em 98, podiam não ser lucrativos, hoje houve essa mudança. Será que não é por aqui que nós podemos achar?



Eu só questionei esse último gráfico, porque chegou aqui em minhas mãos o estudo de técnicos do Fundo Monetário Internacional sobre a Rússia e falava dos ganhos do governo e várias experiências internacionais. Aqui, este estudo que eu quero passar para o senhor para dar uma olhada, porque a gente está querendo aqui achar saídas, para fazer um grande acordo, que seja bom para todo o Brasil, que desarme esse clima – esse é o sentimento aqui nosso, no Senado Federal – mostra um Brasil que, quando se há o aumento de preço do petróleo, não reflete muito no aumento dos ganhos governamentais.

Eu queria passar ao senhor isto aqui, porque esse estudo foi feito sobre a Rússia, mas levantava situações de vários países, e para nós é importante, porque a gente está nessa construção coletiva. Eu sinto que é preciso que discutamos algumas possibilidades para já, agora, tentar construir um acordo com Estados e Municípios não produtores.

Eram essas as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra, o Presidente Gabrielli.

Nós vamos, até para qualificar ainda mais o debate, fazer um a um, porque aí todos têm oportunidade de fazer suas perguntas e o Presidente Gabrielli também de respondê-las.

Com a palavra, o Presidente Gabrielli.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Eu vou tentar ser o mais rápido possível na resposta. O Senador Lindbergh fez importantíssimos comentários.

Primeiro, por que nós conseguimos alterar o volume de investimentos tão grandes? Existiram algumas decisões que foram tomadas em 2003. Primeira decisão importante: nós estávamos com o nosso portfólio de exploração, áreas exploratórias, caindo. Então, nós tomamos a decisão que nós tínhamos que voltar intensamente à exploração. Foi uma decisão tomada pela Diretoria da Petrobras com o Conselho de Administração da Petrobras.

Segunda questão importante: nós, ao fazermos isso, passamos não somente a aumentar o nosso investimento na atividade exploratória – e nesse período de 2003, 2004, 2005, nós fizemos essencialmente tentar encontrar novas áreas e foram nesses anos que nós encontramos a bacia de Campos, a bacia de Santos e a bacia do Espírito Santo. Num segundo momento, nós precisávamos consolidar essas descobertas. Então, é preciso aumentar o investimento para consolidar essas descobertas.

Se nós não tivéssemos feito as descobertas, não teríamos o crescimento, mas, como fizemos as descobertas, é preciso aumentar o investimento.

Segundo elemento importante daquele momento: nós saímos de um período em que a última refinaria construída foi em 1980; no período de



2000 a 2005 a Petrobras investiu, em média, 250 milhões/ano em refino; de 2005 a 2010, ela investiu US\$250 milhões/mês em refino. Então, há uma diferença brutal no investimento da Petrobras, no refino.

Terceira mudança que ocorreu nesse período: nós redefinimos a presença da Petrobras no gás e na energia no que se referia às termelétricas. Nós éramos afastados das termelétricas – o Diretor Delcídio se lembra disso. Havia as *merchants*, e a Petrobras tinha um contrato para pagar coisas. Passamos a operar nas termelétricas e compramos as termelétricas; não só compramos as termelétricas, como avançamos na construção dos gasodutos. Fizemos um programa chamado Plangás, que tinha uma meta de, em três anos, resolver a situação de infraestrutura de gás no País. Resolvemos o problema de gás no País, e houve um enorme investimento.

Em relação à área de biocombustíveis, nós também entramos pesado em biocombustíveis, além das mudanças que fizemos na contratação de pessoas. Hoje, 51% dos empregados da Petrobras têm menos de nove anos na empresa – 51% têm menos de nove anos; 46% dos empregados da Petrobras têm mais de vinte anos; e 2% ou 2,5%, uma diferença, entre dez e vinte anos na Petrobras. Então, foram mudanças tomadas com a orientação do Conselho de Administração, em que o Governo, evidentemente, tem um papel preponderante.

Em relação ao PIB, a Petrobras, sozinha, deve gerar alguma coisa em torno de 3%, 4%, sozinha, em termo de valor adicionado da Petrobras. Se nós considerarmos a cadeia primária de fornecedores, a primeira cadeia de fornecedores diretamente ligados a Petrobras, isso deve sair de 4%, 5% para 7%, 8% do PIB. Então, nós estamos falando de 7%, 8% do PIB na cadeia de fornecedores diretos da Petrobras. Se nós incluirmos os fornecedores indiretos, até o quarto elo da cadeia, nós vamos atingir 255 mil empresas, e aí a gente não sabe dizer qual é realmente a dimensão no PIB, mas são 255 mil empresas que, de uma maneira ou de outra, se relacionam com a Petrobras.

Em relação à inflação, à estabilidade, ao etanol, qual é a situação que nós vivemos no etanol? Nós vivemos uma situação particular no etanol. Nós saímos de um período de grandes anúncios de investimentos em nova plantação de cana. Quando o setor privado enfrentou a crise em 2008, puxou-se o freio de mão dos investimentos. Os investimentos no setor privado não cresceram em cana, ao mesmo tempo em que houve um período de crise climática. A safra foi ruim em 2009. Simultaneamente, houve uma safra ruim na Índia. A Índia, que é o maior produtor mundial de açúcar, fez com que o preço do açúcar explodisse. Então, na medida em que aumentou o preço do açúcar, a proporção entre o etanol e o açúcar mudou: aumentou a proporção de produção de açúcar. Isso fez com que a oferta de etanol nas bombas caísse. Paralelamente a isso, a frota brasileira de carros *flex fuel* aumentou. Na medida em que aumentou a frota brasileira de carros *flex fuel*, a demanda, com a alternativa de o motorista escolher álcool ou gasolina, aumentou.



Então, o que aconteceu em 2010? A demanda de gasolina, em 2010, cresceu, em um ano, 19,5%. Mas a demanda de gasolina no Brasil não é de gasolina A, não é de gasolina pura. A demanda de gasolina no Brasil é de gasolina com 25% de álcool anidro, misturada. Então, o crescimento da demanda de gasolina também significa aumento da demanda de álcool, só que álcool anidro. Isso fez com que agravasse o problema no mercado do álcool. Qual é o problema do álcool? É a capacidade de produção de álcool? Não! O grande problema é a disponibilidade de cana, e a disponibilidade de cana depende de área plantada. Área plantada leva dois anos para apresentar resultado. Então, nós vamos viver, por dois anos, provavelmente, com dificuldades na área de crescimento de produção de álcool no Brasil. Nós estamos trabalhando, ampliando a área plantada e investindo em novas plantações. Estamos trabalhando com sócios. Somos sócios da São Martinho, da Guarani e da Total, que são empresas tradicionais na produção de álcool no Brasil. Portanto, o nosso crescimento vai ser, principalmente, através das associações com essas empresas. Isso tem efeito na estabilização de preço? É claro que tem. A nossa motivação é a estabilização de preço? Um pouco, porque nós somos um grande produtor de gasolina e, como grande produtor de gasolina, nós não queremos que o preço fique variando a toda hora. Então, nossa política, nos últimos oito anos, tem sido de estabilizar os preços no Brasil.

A crise econômica nos afeta? Depende da intensidade dela, mas, de qualquer maneira, nós temos a visão de que o futuro não foi cancelado. As pessoas vão continuar andando de carro, as pessoas vão continuar andando de caminhão, de ônibus, os aviões vão continuar voando, os navios vão continuar andando, aquecedor vai ser usado no frio, ar-condicionado no calor, óleo lubrificante será usado, plástico será feito. Então, demanda vai existir, porque o mundo não acaba. Demanda vai existir! Provavelmente vai haver um problema financeiro no curto prazo. Afeta a nossa capacidade de endividamento? Não! Acreditamos que não falta dinheiro na crise. A crise é uma crise de seleção de bons projetos.

Em janeiro de 2009, no auge da crise de 2008, a Petrobras captou, no mês de janeiro, US\$6 bilhões. Agora, no mês de janeiro deste ano, em 45 minutos, nós tivemos uma demanda de US\$15 bilhões e captamos US\$3,5 bilhões, em 45 minutos, em janeiro deste ano. Então, nós não acreditamos que haja um problema.

Com esse investimento, nós vamos ficar com uma razão de geração de caixa em relação à dívida entre 1,6 vezes e 1,9 vezes, o que é absolutamente tranquilo do ponto de vista financeiro. Vamos ter uma alavancagem da empresa entre 26% e 29%, o que é perfeitamente tranquilo, considerando os preços entre 80 e 95. O preço hoje é 109, e nós estamos falando em 80, 95. Quanto mais alto o preço, mais fácil é a situação financeira. Então, nós não acreditamos que o nosso principal problema seja financeiro,



mesmo com a crise internacional. A queda do crescimento da China, se existir, será de 9,5% de crescimento para 7,5% de crescimento, se for muito. Mas 7,5% de crescimento é um baita crescimento. Então, não vemos grande problema.

O mundo hoje consome principalmente... O crescimento do consumo de derivados de petróleo não está nos Estados Unidos, não está na Europa, não está Japão. O crescimento de derivados de petróleo está na China, na Índia, no Brasil, na África, na América do Sul. É aí que está o crescimento dos derivados de petróleo, e esses países vão continuar crescendo. Então, não vemos grandes problemas nessa questão.

Doença Holandesa na economia da Venezuela, brilhante estudo do mestre Celso Furtado, elaborado em 58 – se não me engano, na década de 50 ainda. O que nós estamos fazendo? Existem algumas situações diferentes entre nós e a Venezuela. A primeira grande diferença é que nós temos uma indústria mais complexa do que a da Venezuela e nós temos uma política de conteúdo nacional, de compras da cadeia de fornecedores no Brasil muito intensa. Se nós conseguirmos implementar essa política mais ainda, com a criação de estaleiros, com a criação de indústria produtora de máquinas, motores, tubulações, inovações tecnológicas, sensores, sistemas submersos, válvulas, nós vamos ter um enorme crescimento da cadeia brasileira de produção de bens e serviços. Por que a gente pode fazer isso? Porque a escala que nós estamos apontando para a indústria no mar é a maior do mundo. Nós somos já a maior empresa do mundo na produção em águas profundas. Nós temos três vezes mais do que o segundo maior. Se você somar o segundo, o terceiro e o quarto, os três juntos são menores do que a Petrobras. Nós temos 45 sistemas de produção. Os três juntos, que são Esso, Shell e Statoil, têm 42. Então, nós somos o maior e vamos crescer mais. Portanto, nós temos escala para atrair estaleiros navais, para atrair indústria naval para o Brasil e viabilizar esse crescimento.

Em relação à Rússia, o trabalho que você está citando do FMI – eu não conheço provavelmente esse trabalho, mas eu sei qual é a lógica – tem uma diferença substantiva: a tributação soviética ou a tributação russa é baseada no valor do preço internacional de exportação. À medida que o preço internacional varia e como eles exportam muito, as exportações acompanham os preços internacionais a partir de saltos.

O Brasil tem uma situação única entre as empresas de petróleo do mundo, única. O Brasil é o único grande produtor de petróleo em que 85% da produção é usada dentro do Brasil, dentro do País. Oitenta e cinco por cento da nossa produção é usada na nossa refinaria, que vende o seu produto para o mercado brasileiro. A Venezuela tem 15% desse volume, a Rússia tem cerca de 20% desse volume, a Arábia Saudita tem algo em torno de 6% desse volume. Nós temos de 85% a 90%.

Isso muda completamente a lógica da nossa relação com o mercado internacional.



Em 2020, se produzirmos e exportarmos o que estamos, dois milhões e trezentos mil barris por dia, ainda assim vamos produzir quatro milhões e novecentos em 2020. Portanto ainda assim nós teremos um enorme mercado interno.

Essa é a grande beleza do Brasil. O mercado interno brasileiro é o principal mercado nosso, que não é da Venezuela, que não é da Arábia Saudita, que não é do Kuwait, que não é do Iraque, que não é da Líbia, não é de nenhum desses países. O mercado interno desses países é muito pequeno para a produção deles, daí por que a comparação da tributação da Rússia com a nossa tem que levar em conta essa realidade. É completamente diferente uma situação em que você tem um mercado que depende da exportação e outro mercado que depende da venda de gasolina e diesel dentro do país. Nós não vendemos petróleo bruto; nós vendemos gasolina, diesel, GLP, querosene de aviação dentro do Brasil.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Me diga uma coisa, Sérgio, nesse dado que você está citando, qual é comparativo quando você fala de maior investimento em águas profundas? Qual é o nível de comparação com esses mesmo países do ponto de vista do que nós investimos em desenvolvimento, pesquisa e tal para inclusive enfrentar essa situação? Se você puder fazer um paralelo com essas nações, o que isso representa percentualmente?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – A história de águas profundas começa basicamente com a expansão do Mar do Norte.

O que aconteceu com o Mar do Norte?

Você tinha vários países no Mar do Norte – Inglaterra, Holanda, Noruega, Dinamarca, basicamente esses países – e tinha umas 26 empresas atuando nesses países. O investimento tecnológico, portanto, desses países foi dividido entre muitas empresas e muitos países.

Nós temos uma situação completamente diferente. Nós temos uma empresa num país. Quando nós comparamos com eles, o nosso tamanho fica muito maior, porque nós temos muito investimento em desenvolvimento científico e tecnológico. Nós temos hoje o maior centro de pesquisa e desenvolvimento do mundo, que é o Cenpes, estamos atraindo uma coisa nova para os países do sul e no Rio de Janeiro um enorme volume de novos laboratórios de pesquisa e desenvolvimento das empresas fornecedoras de bens e serviços, Schlumberger, BackerHughes, FMC, GE, Siemens, IBM, Intel, só para citar algumas, estão montando não indústria, mas pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias no Fundão, lá no Rio de Janeiro.

Nós montamos hoje uma rede nacional que envolve 70 instituições de pesquisa no País inteiro, montamos 19 grandes laboratórios no País inteiro, temos 1.900 contratos assinados com as universidades brasileiras, com laboratórios do melhor nível em várias áreas, em 50 redes temáticas no Brasil



todo para desenvolver pesquisa e desenvolvimento. Nenhuma empresa tem isso. Ninguém tem isso. Não tem comparação, porque nós somos muito grandes num país só.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Presidente Gabrielli.

Passo a palavra agora para o segundo autor de requerimento aqui inscrito, o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Presidente José Sérgio Gabrielli, o senhor sabe muito bem – tenho certeza disso – que em vários pronunciamentos eu tenho reiterado o maior respeito que tenho pela sua pessoa, pelo trabalho da maior importância que vem conduzindo na Presidência da Petrobras.

É realmente fantástica a sua administração na Petrobras. Isso merece aplausos de todos os lados.

A nossa divergência ocorreu na hora da mudança do regime de exploração e, ao verificar a sua exposição, eu acho que estava certo, Presidente, porque o crescimento que o senhor mostrou da Petrobras nesse período foi fantástico e tudo isso dentro do regime de concessão.

Depois do anúncio da partilha houve uma paralisação. Faço eu o desejo de que nos próximos leilões não existam problemas da maior gravidade que possam inclusive impactar o sucesso da operação.

Verifiquei aqui por que se mudou o regime de concessão para partilha e hoje chego à seguinte conclusão, Sr. Presidente: a mudança da concessão para a partilha teve o único objetivo de transferir renda dos Estados para a União. Se o regime de partilha estivesse em vigor em 2010, 585 bilhões e 800 milhões recebidos pelos Estados de Municípios produtores a título de participação especial teriam ido para a União.

E é justamente para “avançar” ao senhor que estou defendendo que essa perda de receita dos Estados produtores não seja um ganho da União, mas que seja uma devolução aos Estados produtores que querem participar das riquezas do Pré-Sal.

O segundo ponto que eu queria levantar é o seguinte: eu tenho divergências, Presidente, e gostaria de uma explicação – se não agora, pode ser depois – sobre essa situação da tributação da Petrobras.

Olhando, eu acho que ela está subtributada. Eu acho que o setor petróleo está subtributado. E não haverá mágica, Presidente.

Tenho aqui um trabalho recente do Senador Mercadante: dos 74 campos do mar – atualmente já aumentaram – apenas 14 pagam participação especial; dos 189 em terra, só seis. E por um motivo que o Senador Lindbergh já demonstrou: no momento em que se calculou a isenção da participação especial era em metros cúbicos e até em barris. Como estava em dez, ficou a isenção calculada neste valor: barris vezes dez. No momento em que foi a 100 ou a 80,



essa isenção aumentou consideravelmente, de modo que hoje o número de campos que pagam a participação especial é praticamente nulo.

Devo dizer abertamente ao senhor, Presidente, que defendo que o setor está subtributado no Brasil e defendo o aumento da participação especial. Vejo que esse também é um campo para a União atender aos Estados e Municípios não produtores que desejam participar dessa riqueza nacional.

Queria lhe perguntar, Presidente, sobre a situação do Campo de Libra.

A União cedeu à Petrobras o Campo de Franco e considerou o valor de 42 milhões. Não foi isso, Presidente? Por 42 milhões ela entregou Franco à Petrobras com base em reservas de cinco bilhões de barris, a um preço de 8.5.

Os cálculos divulgados informam que Libra tem uma reserva de cinco a oito bilhões. Calculados a 8.5, Libra valeria 40 bilhões, 50 bilhões. Então, vamos verificar no primeiro momento. Se estivesse em vigor o regime da concessão seria feita uma licitação. E o bônus de assinatura daria ao Governo, de imediato, 30 a 40 bilhões. Poderia ter sido parcelado.

Pergunto ao senhor o seguinte: como vai ser feita essa transação Governo/Petrobras ou Governo/empresas petrolíferas em relação a Libra? Será que o Governo vai dar de graça? Será que o Governo vai ceder sem remuneração?

A venda de Franco custou 40 bilhões. E Libra vai ser dada na base do amor? Ninguém acredita que a União vai dar 50 bilhões para empresas petrolíferas, por melhor que sejam, ainda que seja uma estatal administrada com a maior competência, com a maior seriedade que é a sua administração.

De modo que nós queremos saber da União como vai ser a transação União/empresas petrolíferas em relação ao Campo de Libra.

E por sua vez, Sr. Presidente, o que desejo em relação a essa tributação? Eu tenho dúvidas sobre elas. Gostaria até de, depois, ter esses dados da sua equipe, para verificar esse nível e dizer que um dos grandes erros de política que o Brasil cometeu, no século, foi transformar, abandonar o regime de concessão e adotar o regime de partilha.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quero cumprimentar o Deputado Geraldo Simões, do PT, da Bahia, aqui presente. Seja muito bem-vindo. Aqui prestigiando a forte bancada da Bahia do Senador Walter Pinheiro, Presidente Gabrielle, está a nossa querida Senadora Lídice da Mata, o homem está forte aqui. E a bancada do Rio forte, também, Espírito Santo, Santa Catarina e a do Centro-Oeste, apesar dos números do Centro-Oeste...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Ele apresentou o pagamento de arrecadação de *royalties*. Agora, garanto, Sr.



Presidente, que se o senhor mostrar a arrecadação do ICM da soja, verá que o Rio fica lá embaixo. O Rio não tem soja. *(Risos.)*

Se demonstrar o ICM da carne bovina, verá que o Rio fica lá embaixo. O Rio não tem carne bovina. Agora, do petróleo, tem que ser elevado, porque é o Estado que sofre o desgaste da exploração do petróleo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quero registrar aqui a presença do ex-Deputado Federal do Paraná Wilson Picler, que nos honra com sua presença.

Presidente Gabrielle com a palavra.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLE – O Senador Dornelles, com seu brilhantismo de sempre, coloca perguntas muito difíceis de responder, mas vou tentar, mais uma vez, explicitar a nossa divergência no que se refere ao regime de partilha e ao regime de concessão.

Por que o Governo propôs ao Congresso, e o Congresso aprovou, uma mudança no regime? Diria que existem três grandes razões, Senador. A primeira delas é que o regime de concessão é um regime que, no processo licitatório, como o senhor bem mencionou, ao comparar a libra com o franco, a licitação, o elemento de bônus tem um papel importante. Por que o elemento de bônus... quanto a empresa vai pagar de bônus é importante? Porque a empresa vai dizer qual a expectativa que ela tem de valor daquele petróleo que ela vai encontrar, se encontrar, e vai pagar, na frente, para o Governo.

Então, o bônus reflete uma expectativa que as empresas têm sobre qual o fluxo de caixa futuro daquela exploração, se der certo a exploração, evidentemente, ao que chamamos na indústria de uma avaliação arriscada, em função do risco exploratório que se tem.

E o risco exploratório é muito grande porque, de cada quatro poços perfurados, só se tem, em média, a descoberta em um. Em média, 20% do sucesso exploratório. Então, perfuram-se quatro poços e encontra-se petróleo em um.

O primeiro poço no pré-sal, por exemplo, custou US\$240 milhões.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – E o último dois bilhões.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLE – Não, os atuais poços do pré-sal custam em torno de US\$130 milhões, cada um, cada poço. Cada poço custa US\$ 130 milhões.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Em cada campo?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLE – Não, cada poço, cada furo custa US\$130 milhões. Um poço custa US\$130 milhões e levam-se três, quatro meses para perfurá-los.

O aluguel de uma sonda que é utilizada custa US\$500 mil por dia. Hoje, o custo total de uma sonda utilizada no pré-sal é de US\$1 milhão por dia.



O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Estou me referindo a campos, não a furos.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLE- Não, mas o campo é resultado de furos e poços.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Mas a participação especial deu dois milhões.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLE- Não, eu vou falar da participação especial.

O primeiro elemento é o risco exploratório.

Na concessão, o que se faz? Faz-se uma estimativa de risco exploratório e quanto vai pagar ao Governo. Se der certo e ganhar, se acertar os quatro poços, o ganho é seu.

Na partilha, é completamente diferente. Na partilha, não é isso que se julga. Diz-se quanto do seu lucro você dará para o Governo. É outra lógica. Na partilha, tem-se quanto do que você ganhar fica para o Governo e quanto do excedente você devolverá para o Governo.

O critério da partilha não é o bônus de entrada. Então, o que acontece? Se você ganhar e obtiver um aumento de ganho futuro, esse aumento vai para o Governo, não como na expectativa inicial, quando você paga o inicial, a entrada e acabou.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O que vai para o Governo é o lucro excedente?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLE – É parcela do lucro óleo. Isso é o critério da partilha.

Então, não tem lógica, num regime de partilha, haver bônus alto. Porque, se houver bônus alto, a parcela do lucro do Governo é pequena.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O que o Governo iria receber de bônus assinatura, ele irá receber de lucro.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLE – Então, no caso de Libra...

Ele vai receber de lucro no que der, não o lucro antecipado, que se prevê o que será e que havia o risco grande, porque, necessariamente, há um risco.

Acontece que a partilha é um bom regime quando o risco exploratório é baixo.

Então, veja o que aconteceu quando foi realizada essa discussão. Na época, o risco exploratório no pré-sal brasileiro era de 80%, ou seja, enquanto no mundo era 20%, em cada cem poços, se acertava vinte; no pré-sal, em cada cem poços, se acertava 87.

Então, o risco exploratório no pré-sal é muito pequeno. Nesse sentido, do ponto de vista do risco exploratório para o Governo, que é o dono da riqueza, é melhor a partilha do que a concessão.



Por lado, a concessão tem um outro momento. Como é uma visão riscada, ela atraia capitais, quando se coloca capital à frente – porque é isso que acontece na partilha – se atraia capitais. Se não houvesse condições de capitalizar dentro do Brasil, é um bom momento fazer a concessão. Quando a concessão foi feita, em 1998, a Petrobras estava descapitalizada, o Brasil estava em uma crise internacional grave e o preço do petróleo estava dez, onze dólares o barril.

Não é esse o quadro atual. Atualmente, a Petrobras está altamente capitalizada, tecnologicamente competente, o País macroeconomicamente equilibrado e o preço do petróleo está a cento e dez dólares.

Então, a concessão, neste momento, é dar riqueza ao concessionário. Ao contrário da partilha, que será um regime em que o Governo irá obter mais. Essa é a diferença chave.

Libra, para dar um exemplo, provavelmente – não sei se é ou não –, deverá ser o primeiro campo a ser colocado à disposição para partilha. Há dois poços perfurados em Libra, dois poços. Cada poço tem 36 polegadas, Senador, de diâmetro, trinta e seis polegadas, um poço que terá milhares de quilômetros quadrados de área. Com dois poços, o risco exploratório é grande. Se fosse feito um regime de concessão para Libra, jamais se teria a concessão, o bônus que o senhor está calculando, porque o risco exploratório é muito grande.

Então, conseqüentemente, iria se arbitrar aí alguma coisa em torno de 10, 12% de taxa de recuperação.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Mas Libra já sabe que Libra tem.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLE – Hoje se sabe, mas se fosse concessão, não seria assim. Como não é concessão e será partilha, o que irá acontecer? Em Libra, o critério de seleção do concorrente será a parcela do lucro do óleo que vai para o Governo. Não será o bônus de entrada.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Mas o valor, no fluxo, seria o mesmo.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLE – Não, porque no fluxo, não se diz qual será o volume, mas a proporção do lucro que se vai pagar, qualquer que seja ela.

No caso do bônus, paga-se o volume, o valor. Quando compramos o Franco, pagamos R\$8,51 por barril e dissemos que o fluxo de caixa futuro que hoje conhecemos é R\$8,51 - pagamos isso ao Governo.

Se, depois da declaração de comercialidade, houver uma maior produtividade ou não, quem ganha é a Petrobras. Até a comercialidade, todo o ganho é do Governo. A cessão onerosa, que é o caso de Franco, é completamente diferente da partilha e da concessão.



O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – E Libra vai ser cessão onerosa?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Não, Libra vai ser partilha. Cessão onerosa acabou, não tem mais. A lei é clara. Franco não. São sete campos. Franco é uma delas. O problema é esse. O modelo de partilha é melhor, ao nosso ver, para campos com baixo risco exploratório e que o Governo ganha mais.

Agora, a pergunta do senhor: “paga-se pouco ou muito participação especial?” Os campos que pagam participação especial foram campos que fizeram contratos com a ANP, baseados em duas coisas: no regime de concessão e num determinado nível de participação especial e num determinado nível de *royalt*. Alterar isso é alterar o contrato.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O contrato não pode ser alterado porque já foi licitado.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – já foi licitado. É um problema jurídico que vai existir.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Então, não foi licitado não pode ser alterado?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Não pode ser alterado. Ao nosso ver, não pode.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Nem em relação a sujeito ativo nem passivo?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – A nosso ver, não.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Quer dizer, a posição do Rio de Janeiro, nesse caso, é tranquila?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – No que se refere à distribuição de *royalties*, no passado, sim. A discussão que está se fazendo é sobre o futuro

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu sei, mas quando se tenta aumentar a participação especial, é para o futuro.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Não, mas para o futuro, tudo bem. Aí não tem problema. Mas note que aumentar a participação especial em certos...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Participação especial é imposto sobre o lucro do setor petróleo.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Não, mas aí a participação especial significa diminuir a participação do lucro. Não tem mágica. É 100%, é 100%. Cem por cento vai ser custo/óleo, que inclui tributos, lucro/óleo. A parcela do lucro/óleo vai para o Governo. Somando-se tudo, é 100%.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Se o Governo aumentar o Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas, não pode atingir as empresas de petróleo?



O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Pode, pode. Aí pode porque é outra coisa, é fora do regime.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – A participação especial, o imposto de renda específico para o setor petrolífero.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Não é a mesma coisa. Não é sobre a renda. Nós pagamos sobre faturamento, não é sobre a renda. O Governo pode botar 100% de Imposto de Renda, é outra coisa, mas não pode botar 100% para petróleo só. O Imposto de Renda é geral para todas.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Tenho dúvidas.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Bom, é uma discussão interessante.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Só uma última pergunta. Como é que vai ser feita a operação do poço de Libra com o Governo?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Libra, provavelmente, a lei aprovada pelos senhores permite duas alternativas. Uma primeira alternativa é o Governo fazer um leilão para 70% de Libra. Ao fazer um leilão para 70% de Libra, o que é que vai haver de concorrência? As empresas que queiram entrar no leilão de 70% de Libra vão oferecer a proporção do lucro futuro que vai par ao Governo: 70? 80%? 90%? 110%? 5%? O critério de seleção é a proporção do lucro/óleo que volta para o Governo. Trinta por cento são para a Petrobras. Nos 30% da Petrobras, a Petrobras tem que seguir resultado da licitação, qualquer que seja ela. Se se disser que é 100% do lucro, nos 30% a Petrobras tem que devolver ao Governo 100% do lucro. Se for 95%, tem que devolver 95%. Se for 10%, a Petrobras vai ter de devolver 10%. Mas ela não tem a capacidade de arbitrar isso. Isso é o resultado da licitação. Essa é uma maneira.

A outra maneira que a lei permite é o Governo dizer: a Petrobras vai ter 100%. E aí a Petrobras vai dizer: bom se eu tiver 100%, eu vou devolver ao Governo tantos por cento do lucro. A negociação vai ser quantos por cento do lucro da Petrobras vai devolver para o Governo desse campo. São as duas opções. É uma decisão do Governo, não é uma decisão da Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – São os famosos 30% da Petrobras, compulsórios. Eu não sei foi é uma vantagem ou um problema.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Faço minhas as palavras do Presidente. Não sei se é uma vantagem ou um problema.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Olha, nós vamos ter que resolver no momento que acontecer. Nesse plano nosso, não há nenhum recurso para isso. Nós não podemos ter um recurso para isso porque não sabemos o que vai acontecer, nem quando vai acontecer.



SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Mas essa preocupação não existiria num regime de concessão.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Existiria outra preocupação porque, se tivesse um regime de concessão, provavelmente a gente teria de botar o dinheiro de vez.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Se não botasse a Petrobras, botaria outros.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Sim, mas você perguntou a Petrobras. A Petrobras seria pior. Um regime de concessão, nesse caso, para a Petrobras seria pior. Eu acho que é pior para a Petrobras e é pior para o País.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Satisfeito, Senador Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Obrigado pela gentileza e pela paciência.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – O senhor sabe que o senhor sempre me instiga positivamente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral, Sr. Presidente Gabrielli, é um prazer tê-lo aqui conosco. Quero cumprimentá-lo pela exposição.

Sem dúvida nenhuma, após a exposição de V. S^a, a gente fica entusiasmada. Entusiasmada com a gestão de V. Ex^a, entusiasmada com a riqueza do País.

Mas, para mim ficou muito claro quando V. S^a colocou ali o mapa e o nível de investimento por regiões. A distribuição, na minha visão, é muito desigual, como são desiguais as regiões. No entanto, ao discutir a questão dos *royalties*, é preciso levar em conta esse trabalho que V. S^a está apresentando aqui. É claro que a gente tem que considerar que os Estados produtores têm que ter a sua preservação, a preservação dos seus investimentos, mas é preciso também que haja pelo menos um pouco de equalização em relação às demais regiões.

O que me surpreendeu – eu não sou da área –, o que me deixou surpresa é quando V. S^a coloca que vão conviver dois sistemas: o de concessão e de partilha, sendo que o de concessão vamos ter um investimento três vezes maior. Parece que o senhor coloca a perspectiva de três vezes maior no regime de concessão. Havendo esse crescimento, obviamente a participação especial dos Estados produtores continuará como está hoje. No entanto, no regime de partilha, os Estados produtores perdem a participação especial. Então, acredito que aí seria a entrada para se poder fazer uma divisão mais equânime entre os



outros Estados. Eu sempre imaginei que essa divisão poderia ser feita num regime de partilha de forma mais equilibrada, não deixando de contemplar os Estados produtores, redividindo o restante. Mas a verdade é que os Estados produtores ainda mantêm o “privilégio”, entre aspas, o “direito” de ter a sua participação na partilha e continua tendo crescimento no regime de concessão. Então, eu acho que isso precisa ser...

(Intervenção fora do microfone)

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – De partilha não? Mas seria a União. Mas os Estados não produtores continuariam tendo a participação especial e, segundo ele, cresceriam três vezes nos próximos anos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Posso tentar ajudar? O Dr. Sérgio Gabrielli poderia falar um pouquinho daquilo que propõe o ex-Presidente Lula no PL 8051, porque nesse PL os Estados produtores abrem mão de participação, assim como a União, para favorecer Estados e Municípios não confrontantes. Se V. Sª pudesse abordar um pouquinho esse tema, seria muito importante porque há a impressão de que o PL 8051 não prioriza ou não contempla os Estados não produtores, o que não é verdade. Então, eu pediria o Dr. Sérgio Gabrielli abordasse esse tema.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Eu acredito que ele contempla, mas eu acho que, ao fazer a divisão dos *royalties*, é preciso levar em conta que os Estados produtores mantêm a sua participação especial crescente.

(Intervenção fora do microfone)

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Não, na concessão. A concessão é crescente. Então, os Estados produtores continuam tendo a participação especial ao longo do tempo. Não cessam, nessa nova descoberta do pré-sal, porque continua. Além do pré-sal, eles têm o pós-sal.

Então, eu acho que isso é que deveria ser levado em conta, e eu gostaria, reafirmando as colocações do Senador Ferraço, que V. Sª falasse um pouco sobre o projeto: se levou em conta essas diferenças regionais; se levou em conta que os Estados produtores continuariam tendo a participação especial no pós-sal e como poderia ser feita essa distribuição de forma mais equilibrada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Presidente Gabrielli.

Eu só queria informar aos Senadores que há votação nominal no Plenário, e aí nós poderíamos, eventualmente – se o Presidente Gabrielli puder também –, fazer uma pequena interrupção, ou nós alternaríamos aqui – eu voto Senadora, V. Exª comanda aqui, e eu retorno, para a gente... Talvez seja melhor sair...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu acho que o debate vai perder o sentido, porque estamos fazendo um esforço grande. Ouvimos, ontem, o Ministro Lobão; hoje ouvimos, com muita alegria, o Presidente Gabrielli; semana que vem, os grandões. Por que não suspender por



dez minutos, o nosso presidente pode tomar um café e nós retornamos para cá? Ou cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É só o tempo de votarmos, Presidente, e aí V. S^a vai ser muito bem atendido aqui, pelo café e água gelada da Comissão. E retornamos.

Peço aos senhores e às senhoras que aguardem, porque nós voltamos.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Já abriu a votação. Já abriu.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Não é porque é da minha parte, Sr. Presidente, não sei quantos estão inscritos ainda: o Ricardo Ferraço...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Tem, V. Ex^a está aqui.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Não, não. Até pela exposição que fez aqui o Presidente, algumas questões posso fazer até pessoalmente. De minha parte, por Santa Catarina, eu me dou por... A não ser um expediente que, depois, vamos entregar ao Presidente Gabrielli, por Santa Catarina. Mas eu o faço reservadamente.

Mas quero deixar aqui um depoimento: interrogar, debater com o Ministro Dornelles, a maneira de ser instigado, como diz o Gabrielli, que ele gosta... Foi um alto debate, muito preparado. Fiquei muito satisfeito com o debate. A não ser a questão dos *royalties*, porque isso aí vai demandar ainda, porque acho que a participação, no Brasil, dos *royalties* é uma questão de justiça.

Mas eu, de minha parte, Sr. Presidente, não há problema algum. Não sei se há mais alguém que precisamos interrogar. Acho que para voltarmos aqui... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, nós vamos suspender por dez minutos e retornamos. Eu pediria às pessoas que também estão nos acompanhando que nos aguardem, porque vamos voltar. É só para a votação nominal, que é o DNIT.

Então, nós vamos e voltamos rapidamente.

(Suspensa às 16 horas e 17 minutos, a reunião é reaberta às 17 horas e 23 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sr^{as} e Srs. Senadores, Presidente Gabrielli, a vida é dura, como diz um amigo meu: nos dez minutos cumpridos, nós simplesmente votamos onze embaixadores e a diretoria do DNIT, votação nominal. Há uma medida provisória agora que, aparentemente, é por consenso, então não vai ser necessária a nossa presença



lá. Mas quero pedir desculpas, Gabrielli. Sei das suas responsabilidades, a companhia que você representa, e fico muito chateado por ter que interromper, tomando seu tempo, que é precioso. Mas, infelizmente, é a dinâmica do Parlamento, que você conhece muito bem.

Volto, agora, com a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Presidente Gabrielli, uma dúvida ficou para mim. Nesses blocos já concedidos, em forma de concessão, existe o pré-sal e o pós-sal. Então, esses blocos continuam rendendo participação especial para os Estados produtores.

Essa participação especial nesses blocos é crescente ou decrescente?

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Senadora, o sistema de partilha de participação especial incide sobre blocos de alta produtividade e é crescente em função da produção do bloco, atingindo o máximo de 40% sobre o valor da produção. Então, ele é crescente nesse sentido.

Considerando que os blocos de alta produtividade do pré-sal estão todos pagando 45% – 45%, não 35% –, que é o máximo que a lei hoje permite, a produção desses blocos vai crescer. Então, isso faz com que o volume que será recolhido cresça de acordo com essa produção crescente. Então, 45%, paga mais...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – O senhor disse aí que cresceria três vezes mais até...

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – É, o nosso cálculo hoje é de participações e *royalty*, somando os dois, nós pagamos, hoje, em torno de 20 bilhões/ano. Vamos pagar 45 bilhões/ano, mantendo a mesma proporção, participações e *royalty* nas áreas concedidas. Nas áreas partilhadas futuras do pré-sal, nessas áreas, nós só pagaríamos *royalty*. Por quê? Porque a partilha é parte, a participação especial é parte da parcela do lucro que a gente devolve ao Governo. Se a gente for pagar participação especial, a parcela do lucro que é paga ao Governo diminui. Então, é uma questão de...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Pode ser, porque é futuro, tudo pode.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Diminui. Não pagando a parcela que vai para o Governo, aumenta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – É um ganho do Governo.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Então, na verdade, os Estados produtores, com a partilha, acabam nem ganhando nem perdendo.



O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Não, os Estados produtores, com a partilha, de acordo com o que foi pedido pelo Senador aqui, o PL 8.051 redefiniria...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Na partilha, a proposta 8.051 envolvia uma redefinição do *royalty* na partilha. Hoje, por exemplo, na 9.478, os Estados confrontantes têm 26%; na proposta 8.051, cairiam para 25%. Os Municípios confrontantes têm 26%; na nova, na proposta 8.051, cairiam para 6%; os Municípios afetados por terminais, que eram 8,75%, caem para 3%; os Estados, via Fundo de Participação de Estados e Municípios, cresceriam de 1,75% para 22%; todos os Municípios, pelo FPM, sairiam de 7% para 22%; e a União, que tem 30% cairia para 22%.

Essa é a distribuição que está na 8.051, que muda a proporção do *royalty*. Não tem partilha, mas tem *royalty*.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Não perde na partilha, porque o lucro que será pago à União vai todo, não é para o Governo Federal, vai para o fundo social; e o fundo social vai usar esse recurso no País inteiro...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Se a Senadora Lúcia Vânia me permite, posso entrar nisso?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Pode sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Posso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Em 2010, os Estados e Municípios produtores receberam 5,8 milhões por participação especial. Se tivesse a partilha, isso subiria. Em termos de *royalty*, eles teriam um ganho de três e cem e uma perda de cinco e oitocentos. De modo que, nesse esquema da partilha, se passar, vamos dizer, o projeto Lula, a perda será de dois milhões. Por isso, estou defendendo que essa participação especial que nós perdemos, cuja eliminação seria um ganho, como o senhor falou, no lucro seja destinada aos Estados e Municípios.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Dornelles, perdemos ou não ganhamos?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Os Estados produtores perdem reforço para os estados e municípios que...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Perdem no futuro, mas não no passado.



O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Perdem no futuro. Perdem naquilo que não foi licitado.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Mas o raciocínio que o senhor faz, Senador, comparando a concessão com a partilha, o senhor tem que levar em conta que tem o lucro, a parcela do lucro que o Governo recebe na concessão ele não receberia. Para onde vai esse lucro? Essa é outra coisa bonita no projeto do Governo; não vai para o orçamento público normal; ele vai para um fundo social específico aplicado no País inteiro. Ele não entra no orçamento geral da união; ele entra num fundo.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Mas, dentro do esquema que se admite, o Governo vai ter uns nove ou dez bilhões para fazer o que quiser.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Não pode; a lei que os senhores aprovaram...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Não, ele joga para os fundos sociais. Mas desse percentual que ele vai ter, ele pode retirar a parcela do lucro em que cabia participação especial e que ele vai continuar mandando para os fundos. Agora a realidade é a seguinte: a participação especial que deixará de ser cobrada pelos estados produtores vai aumentar o fluxo de barris de petróleo e um ganho da união. O que estamos defendendo, pelo menos o que eu defendo, é que a união não tenha perda, mas não tenha ganho também. Que o ganho que ela teria com a mudança do sistema seja dos estados e municípios não produtores.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – V. Ex^a tem toda a razão quando fala a união no sentido lato da palavra porque o fundo soberano vai ser da união, mas não é a mesma coisa que Orçamento Geral da união porque ele não entra no Orçamento Geral da união. O dinheiro do lucro não entra no Orçamento Geral da união; entra num fundo que tem aplicação específica. Isso foi aprovado pelos senhores. A lei já existe. O fundo é para aplicação em projetos transgeracionais no País inteiro, prioritariamente nos estados mais necessitados. Isso já está na lei.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Mas, Presidente Delcídio...

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Coloca ali nos investimentos da Petrobras no Brasil. Vamos voltar à planilha da distribuição e investimento. *(Pausa.)*

Não à outra, a que tem os blocos, quanto está sendo investido em cada região.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – É aqui nestas regiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Mas o senhor tem outro mais elucidativo que contém os gráficos.



O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Mas por região só tem este.
As colunas?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – O das colunas.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – É o da participação nas receitas.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Não, não é esse.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Participação na receita. O ICMS... Amapá... É esse aí?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Não. O anterior.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Esse é muito bom; o do ICMS é muito bom.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Ali.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Aí é refino.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – É refino? Mas é investimento.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Não, não, é volume de produção. Barril de petróleo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Este é volume de produção, é déficit, para a Petrobras mostrar que tem que investir no Nordeste, Norte.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Mas aquela outra planilha de investimentos.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – A outra planilha, a dos investimentos dos Estados...

Mas eu queria explicar à senhora o seguinte: por exemplo, o Rio Grande do Sul. O Sul está com 7,1 bilhões; o Sudeste está com 139 bilhões. Nós temos lá no Sul a construção de oito cascos de plataformas que vão funcionar e trabalhar no Sudeste e não no Sul. O investimento dessas oito plataformas está alocado ao Sudeste, mesmo que estejam sendo construídas no Sul. Ou seja, a geração de emprego e renda é do Sul. Mas por efeito operacional eu não posso fazer isso como investimento no Sul porque quem vai pagar esse investimento é o ativo que está no Sudeste. Então tem um ajuste que se deve fazer. Aquele 139 é o que vai ser colocado lá, mas não é o que está sendo feito lá. Tem muita coisa que está no Rio, mas que é feito em São Paulo. Aquele outro gráfico que mostra a distribuição dos fornecedores mostra um pouco como nós interiorizamos os fornecedores brasileiros.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Ele mostra uma preocupação com a distribuição, mas ainda é muito concentrado.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Mas isso vem de 400 anos; os portugueses começaram a valorizar a costa e...



A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Mas é aí que acho que a distribuição dos *royalties* tem que compensar isso para acelerar um pouquinho mais. Não vamos levar mais 400 anos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Senador Dornelles, o combativo Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Senadora Lucia Vânia, hoje, se pegarmos 2010, a União recebeu de *royalty* dois e oitocentos, participação especial, cinco e oitocentos, num total de oito e seiscentos.

A proposta que faço é que a União continuaria recebendo como lucro a participação especial de cinco e oitocentos e abriria mão da metade dos *royalties* para os estados não produtores. Então eles teriam um adicional; a União cederia um e quatrocentos. Os estados produtores receberam seis e duzentos de *royalties* e cinco e oitocentos de... Eles não deixariam ir para a União estes cinco e oitocentos. De modo que os estados e municípios não produtores ficariam com uma receita de sete bilhões e oitocentos, sendo que cinco e oitocentos da nossa participação especial que nós não deixamos ir para a União e mandamos para eles e de uma parcela de *royalties* de que a União abriria mão. Dentro desta questão nós estamos dispostos a perder; mas queremos que a perda seja para os estados e municípios não produtores e não para a União.

Estou certo de que vou ter o apoio da senadora Lucia Vânia e do senador Delcídio.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Vai ser difícil. Porque essa sua conta eu acho que não perde, não tem.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Perante os números, eu me ajoelho.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Trocando em miúdos, a proposta do senador Dornelles é aqueles ganhos adicionais da União sejam revertidos aos estados não produtores.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Não é nem o adicional. Se estivesse em vigor em 2010, a nossa participação especial, nós queremos perder para os estados não produtores; não para a União.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Mas não é para a União que o senhor vai perder; com isso, o senhor mata o fundo social.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Não, não. A União ainda ficaria com 8,6 bilhões. A União ficaria com a participação especial dela, com a parcela de *royalties* dela. Quer dizer, a União, não estou dizendo que retiraria recursos do fundo; nem eu teria coragem de fazer porque me bate aqui na consciência. O problema é o seguinte: a perda dos estados produtores eu estou defendendo que não seja da União mas que seja dos estados e



municípios não produtores. E que devemos abrir mão de um bilhão e quatrocentos cada um em favor dos estados não produtores.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Senador, fazendo uma conta bem grosseira: somando participações especiais e *royalties*, o Rio deve ter entre 67% e 95% do valor. Vamos botar 70%, conta redonda. Então o rio tem 70% dos 20 bilhões que recolhemos hoje em participações e *royalties*; 70% são 14 bilhões, grosseiramente.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – São 12 bilhões. Dos estados produtores.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – É. Estou falando do Rio; 70% para o Rio.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O Rio teria menos; o Rio de Janeiro teria seis e quatrocentos com mais nove daria 15 ou 16.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – É. Quatorze.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Pouca diferença.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Quatorze bilhões para o Rio de Janeiro, com 20 bilhões de *royalties* de participação. Com 45, o Rio vai receber...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – De onde tirou 45?

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Nós vamos pagar 45 em 2020; nós vamos pagar 45!

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – mas o problema é o seguinte: nós...

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Então, com 45, o Rio vai receber 35 mais 28...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Mas o Rio não receberia nada porque esses *royalties* estão querendo tirar todo do Rio.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI Não! Porque esse é o passado!

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Mas querem tirar o passado; a proposta é tirar o passado. Mas se a proposta é a emenda Simon, tira o passado. Ficamos com zero.

Olha, Sr. Gabrielle, eu posso continuar, ou estou impertinente?

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – É um tremendo prazer, Senador. É uma honra.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Vou contar o seguinte: o Rio de Janeiro recolheu à União, em 2010, R\$118 bilhões. Recebeu de volta 0,05%. Se nós tivéssemos recebido o mesmo percentual – diria – do Sul do País, nós teríamos recebido R\$25 milhões. Teria aberto mão dos *royalties*. Então, nós mandamos – é uma injustiça dizer que o Rio é concentrador – R\$118 bilhões e recebemos de volta R\$ 600 milhões, 0,05%. Grande parte dos Estados



recebe mais do que a União arrecada, mas não estamos reclamando isso. Nós queremos apenas o seguinte: que nessa repartição a União não tire dos Estados produtores para ficar com ela. O que ela tirar dos Estados produtores deve ser dado para os Estados não produtores. Isso daqui é numérico. Perante aos números, eu me ajoelho. Se tiver errado as contas, nos refazemos.

A minha posição é que a União fez a partilha para diminuir a receita dos Estados e ganhar. Pois bem, quem parte, reparte, fica com a melhor parte. Mas, na hora em que todos gritam, eu quero que aquilo que nós vamos perder seja dos Estados não produtores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MT) – Só gostaria de registrar, Presidente Gabriele, que a Emenda Ibsen, realmente... O que o Senador Dornelles afirma aqui é correto. A turma diz que no Brasil nem o passado é previsível. Isso é uma demonstração clara que nem o passado é previsível, porque ele avança no passado.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – A Emenda Ibsen subtrai dos Estados produtores e obriga a União a compensar, só que os Estados produtores não podem se submeter à armadilha que os Estados se submeteram na Lei Kandir. Esta é a questão central: uma compensação que, na prática, não acontece. Então, quando a Presidente da República fala que vai a juízo – que seria ao meu juízo o pior dos mundos –, ela fala porque, na verdade, a União vai ter que compensar em R\$9 bilhões por ano aos Estados produtores.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Presidente, o senhor estava falando do passado e eu fazer uma brincadeira com o Presidente. Eu estava dizendo para ele que, no passado, a uns 20 anos atrás, se um Senador fizesse um Presidente General da Petrobrás esperar, estaria preso. O Presidente da Petrobrás prendia o Senador. Hoje, em pleno regime democrático, o Presidente não pode nem tomar café e água, e disse mais, disse que estaria disposto a esperar V. Ex^a até as oito horas da noite, pelo respeito que todos lhe têm.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MT) – Então, se fosse um general, nós poderíamos ser presos aqui hoje.

Quero passar a palavra para o Senador Ricardo Ferraço, que está inscrito.

E mais uma vez, Gabriele, quero pedir desculpas, porque realmente as nossas atividades estão muito conturbadas aqui no Senado Federal.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, a Senadora Lúcia Vânia fazia uma intervenção antes da nossa ida ao plenário e o Presidente Gabriele faria uma abordagem a respeito do PL-8051. É importante dissiparmos a dúvida sobre o PL-8051, que foi um entendimento feito pelo ex-presidente Lula com o Congresso Nacional, que ratificava a emenda do então Deputado Federal que foi o relator da matéria, Henrique Eduardo Alves. O



projeto do ex-Presidente Lula, encaminhado após o veto, tem essa dimensão, a dimensão de os Estados da União abrirem mão de alguma coisa para beneficiar os Estados não produtores. Então, seria importante que nós pudéssemos iniciar dessa fala e o Dr. Gabriele pudesse fazer uma abordagem sobre o PL-8051.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Na verdade, já tinha me pronunciado, Senador Ferraço, mas vou repetir, com prazer. A Senadora Lúcia Vânia levantou uma questão que é perfeitamente pertinente. Os campos atualmente concedidos, se não houver mudança do passado, vão continuar produzido, até, nos nossos cálculos, 2020. Foi o cálculo que nós fizemos. Esses campos, de agora até 2020, vão aumentar a produção, vão pagar mais *royalties* e participações. Vão pagar mais. A tendência de alguns é diminuir, mas a média geral, como nós vamos aumentar produção geral... Vamos sair de R\$20 bilhões para R\$45 bilhões. Então, vamos aumentar o pagamento de *royalties*, participações nos que já existem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – No sistema de concessão.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – No sistema de concessão.

No sistema de concessão, vamos sair, como eu disse, de R\$20 bilhões/ano para R\$45 bilhões/ano, até 2020. Então, pagando R\$45 bilhões/ano, fazendo a mesma distribuição, hoje, da concessão, os Estados mais produtores vão receber a maior parcela, porque essa é a regra, desse volume muito maior. Então, esse é um primeiro elemento que ela está dizendo que é correto.

Nesse sentido, os Estados não produtores não ganhariam, relativamente, mais nada, porque ganhariam exatamente o que tem aí. Então, tem que olhar agora as novas áreas do pré-sal que são na partilha de produção. Na partilha de produção, não tem participação especial. Então, na partilha de produção, a participação especial está embutida no lucro, óleo, que será pago não à União, mas ao Fundo Social, porque o Fundo Social não é a União, e o Senador sabe bem mais do que eu – é meu professor de finanças.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Se não é da União, passa o Fundo para o Rio.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Mas ele não tem uso igual ao Orçamento Geral da União. Não entra no OGU, no Orçamento Geral da União.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Uma parcela vai lá, outra vai para a União.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Só vão entrar no Orçamento da União outros projeto resultantes da rentabilidade do Fundo. Isso é o que está na lei que os senhores aprovaram. Essa é a lei que os senhores aprovaram. O Fundo inteiro não entra na União. Entra só a parcela da lucratividade que vai ser usada nos projetos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Ele vai para a constituição do Fundo Soberano.



O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – É, para a constituição do Fundo Soberano. Essa é a lei. Foi criado o Fundo Social. Aliás, é Fundo Social, não é Fundo Soberano.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Fundo Social, desculpa.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Agora, o que é que o Presidente Lula apresentou na proposta, no relatório do Deputado Henrique Alves, do PL-8051? No PL-8051 tinham modificações. Os Estados chamados confrontantes, ou seja, os Estados que não são produtores, não produzem e os *royalties* não são para pagar sofrimento, mas para superar uma coisa que é exaurível. Por isso, pagam-se *royalties*. A origem dos *royalties* é porque vai acabar, não porque sofre, porque tem um bando de benefícios enormes, e o senhor sabe disso. Então, os Estados confrontantes cairiam para 26,25% para 25%, uma pequena queda 1,25%; de 26,25% para 25%. Os municípios confrontantes cairiam de 26,25% ...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas é preciso considerar que os Estados confrontantes teriam uma participação especial e deixariam de ter na partilha. Então, não é irrelevante. É muito relevante.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Mas eles vão receber os fundos sociais. O Fundo Social vai ser gasto onde? Não vai ser gasto em Brasília, espero. O Fundo Social não vai ser gasto em Brasília. O Fundo Social vai ser gasto nos Estados, principalmente nos Estados que têm mais necessidade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Os Estados confrontantes não terão gestão sobre esses recursos.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Têm gestão sobre os projetos, porque os projetos serão dos Estados.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sim, mas a gestão será feita pelo Governo Federal.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Claro, mas a gestão e a elaboração dos projetos são dos Estados. Os Estados participarão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas, no sistema de concessão, essa participação especial iria para os Estados confrontantes, para gestão dos Estados confrontantes, para o Tesouro Nacional, para o Banco do Brasil e para os Estados confrontantes.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Com certeza, mas aí não teria Fundo Social.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Teria a parcela da União e a do Fundo Social.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Mas não teria toda a parcela do Fundo Social.



O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – A parcela dos Estados produtores não iria para o Fundo Social, mas da União iria para o Fundo Social.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – A parcela dos Estados produtores, que é 25%, não iria. Os vinte e cinco por cento estão fora. Você tiraria 25% do Fundo Social para ir para os Estados. Tudo bem, é uma decisão dos senhores, não é uma decisão da Petrobrás. É uma decisão dos Senadores e Deputados, soberanos, representantes do povo brasileiro. É fato. Estou apenas tentando identificar o problema. Nos Estados se faria uma distribuição. Aí sim, qual é o ganho? Hoje, a distribuição dos *royalties* para os Estados, através do Fundo de Participação dos Estados (FPE), é de 1,75%. Isso iria para 22%.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Ou seja, os Estados não confrontantes iriam de um ponto alguma coisa para vinte ponto alguma coisa.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Iria de 1,75% para 22%. Os municípios não confrontantes saem de 7% para 22%. Então, de fato, há uma redistribuição, usando FPE, FPM muito maior, porque tem um aumento aí significativo do recurso dos *royalties* para esses Estados e Municípios. E a União cai de 30% para 22%.

Isso está na proposta do PL 8051.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Essa é a questão. Por que alterarmos uma proposta que já pressupõe uma distribuição entre Estados confrontantes e não confrontantes, Municípios confrontantes e não confrontantes, se essa proposta está submetida ao Congresso Nacional. Basta que o Congresso Nacional avalie e vote essa proposta, que não é apenas acordo, que não é apenas entendimento apenas com o Presidente Lula. Foi entendimento com a República, foi entendimento com o Presidente da República, qualquer que fosse ele naquela circunstância.

Então, eu quero crer, Presidente Delcídio, que talvez nós tenhamos que trazer para debate nesta Comissão o PL-8051. Por que não partirmos do PL-8051 para que ele possa ser o nosso ponto de convergência? Porque nele Municípios e Estados não confrontantes estão sendo absolutamente acolhidos, e fazendo distribuição da riqueza do pré-sal, que nós também achamos que precisa ser distribuída para o conjunto do País.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Mas, Senador, é bom dizer que o PL-8051 se aplica somente ao futuro. Aplica-se somente ao futuro, não se aplica ao passado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É disso que estamos falando. Nós não temos como alterar a regra do jogo, não temos como sair quebrando contrato. Quer dizer, um *player* como o País, que estará liderando o arranjo de petróleo e gás no mundo não pode sair por aí quebrando



contrato, estabelecendo novas regras, como se essas regras não tivessem sido construídas.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. *Fora do microfone.*) – Se quebrar o contrato teria que ter o aumento da participação. Se quebrar, é por aí. Se não quebrar... Não pode quebrar, nós precisamos respeitar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu queria só fazer... É importante o comentário de V. Ex^a e do Presidente Gabrielli.

Esse projeto que está na Câmara é um projeto consequente. Foi discutido intensamente, amplamente. Na minha opinião, o que ficou ruim, em função da Emenda Ibsen e, depois, da própria votação aqui no Senado, é que houve uma distorção e uma criação de perspectivas.

Acho que o que faltou, Gabrielli, foi dizer o que você falou aqui. E que, lamentavelmente, naquela correria para se aprovar o novo modelo e também a distribuição dos *royalties*, foi que, na verdade, nós estamos falando aqui, esses seis milhões de barris que você tem estão dentro da Lei de Concessões. E ali tem pós-sal e tem pré-sal.

Então, quer dizer, com essas condições de contorno colocadas, e eu concordo com você, que, sob o ponto de vista legal, os Estados produtores estão muito bem. Eles têm segurança jurídica para discutir em qualquer foro isso aí. Eu acho, Senador Dornelles, que nós vamos ter que buscar alternativas que eventualmente podemos adotar. Até para ser litúrgicos, adotar o projeto do governo que está na Câmara. É o 8051, não é?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não, não. Ele está distribuído para o Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Ele está arrastando a barriga lá.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Ele está distribuído para ao Deputado Jordão, do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Isso. Mas não foi votado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não foi relatado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Não foi relatado ainda. E eu acho, Senador Dornelles, que nós vamos ter que discutir essa questão de participação especial e outras coisas. Eu não vejo muitas alternativas a serem buscadas sem ferir, quer dizer, sem prejudicar aquilo que já está contratado, mesmo com as considerações que o Gabrielli fez, até porque, na última negociação que foi feita, inclusive com os governadores do Nordeste, eles propuseram a emissão de títulos com base numa produção.



É aquela história, é não almoçar... Aliás, é se preparar para a ceia de Natal sem ter condição de almoçar hoje, ou jantar. Porque, na verdade, essa conta tem que fechar lá na frente. Se tirar lá na frente, se você antecipar, como é que você faz? E criou-se uma expectativa, e nós temos que reconhecer que esse é o grande desafio, e por isso eles fizeram essa proposição, de que era já para começar a distribuir os recursos do pré-sal de imediato.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Mas eu acho, Delcídio, só indo aí um pouquinho, eu acredito que falta muita informação. Essa informação que foi dada hoje aqui é muito importante para que quebreemos esse preconceito que se formou em torno dessa divisão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu acho, eu queria sugerir, porque nós temos mais duas ou três reuniões apenas para começarmos a sentar e discutir objetivamente o nosso ponto de convergência, porque nós temos um *deadline*, que é 16 de setembro. Então, porque não partirmos do PL 8051 e nos debruçarmos em torno dele? Porque esse projeto é um projeto robusto, responsável, consequente, cuja juridicidade foi analisada.

E é isto que eu queria perguntar ao Presidente Gabrielli, da Petrobras: Em caso de o Congresso Nacional não chegar a um entendimento, esse processo vai para judicialização. Como é que V. S^a imagina um cenário com esse processo do novo marco regulatório estando submetido à Justiça? Quais são os sinais, quais são as incertezas que nós emitimos para o mercado internacional, até porque a Petrobras tem um enorme desafio, e o enorme desafio é conseguir parceiros para ajudar a chegar em 2020 com a produção de 2,300 milhões barris da camada pré-sal. Como é que o mercado receberia uma notícia como essa, ou seja, o pré-sal brasileiro está *sub judice*.

O SR. SERGIO GABRIELLI – V. Ex^a está mencionando a hipótese do veto ser...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – A hipótese de o Congresso derrubar o veto. A Presidente Dilma já se manifestou publicamente ontem. O Ministro Lobão afirmou aqui nesta Comissão que isso acontecendo, o Governo vai a juízo.

O SR. SERGIO GABRIELLI – O efeito disso, da judicialização, é adiar a licitação para as áreas do pré-sal novo. Mas isso não afeta a situação atual. A única coisa que vai afetar aí é o futuro. Ou seja, não é possível fazer uma licitação para o pré-sal novo sem resolver esse problema. Mas o pré-sal antigo e as áreas exploratórias fora do pré-sal não têm problema.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. *Fora do microfone.*) – ...derrubar o veto, pega o pós-sal e o pré-sal.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pega a plataforma continental.

O SR. SERGIO GABRIELLI – Se derrubar o veto você vai ter duas judicializações. Se derrubar o veto, você tem uma judicialização da União, que



vai dizer que não pode pagar mais do que ela recebe, e vai ter uma judicialização das concessionárias. Dos Estados também.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Os Estados vão recorrer em juízo.

O SR. SERGIO GABRIELLI – E vai ter das concessionárias. Vão dizer: Olha, eu fiz um contrato com a União, através da ANP, que me dava certas condições. Isso está sendo rompido.

Porque notem o que acontece. Se se derruba o veto, volta a emenda que foi aprovada. A emenda que foi aprovada altera o passado. E ao alterar o passado, altera os contratos.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Só mantém os municípios portuários do Rio Grande do Sul.

O SR. SERGIO GABRIELLI – Mas não estou falando dos Municípios, estou falando das concessionárias.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Ou seja, esse é o pior dos mundos, porque vai adiar *sine die* a produção e a distribuição dessa riqueza. E essa é a pergunta que faço a V. S^a.: o senhor teve uma participação importante, a Petrobras também, na construção desse novo marco regulatório. Quando esse novo marco regulatório foi pensado e os três ou quatro projetos foram submetidos ao Congresso, não foi imaginado que esse debate suscitaria esse tipo de divisão que estamos vivendo hoje?

O SR. SERGIO GABRIELLI – Foi, tanto é que foram apresentados quatro projetos e, na realidade, a proposta original não envolvia a discussão do *royalty*. A discussão do *royalty* seria separada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas o Governo Federal não imaginou?

O SR. SÉRGIO GABRIELLI – Exatamente para evitar esse problema, mas o Congresso Nacional, soberanamente, legitimamente, inclui esse debate, mas a proposta original do Governo não incluía esse debate.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não, não incluía, mas essa que é a minha pergunta: o Governo Federal não imaginou, não planejou que esse debate fosse ocorrer? Porque foi muita ingenuidade imaginar que o Congresso Nacional não veria nisso uma oportunidade de fazer o que fez.

O SR. SÉRGIO GABRIELLI – A proposta que o Governo fez, que o Executivo fez foi fazer esse debate em um projeto de lei separado, mas não conseguiu. Faz parte da democracia, faz parte...

Os senhores sabem disso mais do que eu.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Outra pergunta que faço a V. S^a: em caso de uma eventual distribuição dos *royalties* entre Estados confrontantes e não-confrontantes, em desobediência ao art. 20 da Constituição, que estabelece que os Estados confrontantes tenham participação



diferenciada, V. S^a não imagina que Estados onde se dá a produção poderá ter uma relação com a Petrobrás um pouco adversa?

Há informações de que no Rio Grande do Norte, por exemplo, a Petrobrás estaria tendo mais dificuldades em concessões, desculpe-me, licenças ambientais?

O SR. SÉRGIO GABRIELLI – Mas não é um problema de *royaltie*, é um problema de que a Petrobrás, em alguns Estados, ela representa 36% da arrecadação estadual. No Rio de Janeiro é 35%. Em outros Estados, no Rio Grande do Norte, é 22%.

O senhor note que a Petrobrás é importante no Brasil inteiro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Claro.

O SR. SÉRGIO GABRIELLI – Então...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Do que se recolhe no Rio de Janeiro, o Rio de Janeiro fica com 0,05.

O SR. SÉRGIO GABRIELLI – Não, porque a maior parceria é para *royaltie* e participação. Não é só o Imposto de Renda.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, de modo que acho que a vinda do Presidente Gabrielli foi extraordinário. Foi extraordinário porque jogou luz, nos ajudou nesse esforço que estamos fazendo. Fico com essa contribuição e com essa sugestão.

Acho que podemos partidos do PL nº 8.051, como forma de termos um debate concreto e objetivo porque esse é o único projeto que analisou todas as questões inclusive a segurança jurídica desse debate que estamos fazendo aqui no Senado da República.

Agradeço ao Presidente Gabrielli.

O SR. SÉRGIO GABRIELLI – O prazer foi meu.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu queria só fazer alguns registros.

Acho que, Gabrielli, essa reunião foi uma reunião muito mais produtiva. Desse elenco de reuniões que fizemos, essa é a segunda e foi muito mais produtiva principalmente porque o Gabrielli veio aqui para discutir plano de investimentos e, por nossa solicitação, se dispôs a falar sobre *royalties* e hoje tivemos condição de ter uma discussão mais aprofundada dessa questão. Quer dizer, aí cabe, viu Gabrielli, por isso que pedi a você isso, até para esclarecer uma série de pontos que, lamentavelmente, em nosso dia a dia, muitos Senadores não sabem.

Às vezes é um discurso fácil sob o ponto de vista político, mas dentro de um setor bastante complexo, como você bem afirmou aqui a questão da produção, seis milhões, em 2020, dentro do que você já têm, do que você já licitou, onde você tem pós-sal e você tem pré-sal, mas o que vale é a concessão. Então, ou seja, estamos antecipando uma discussão da distribuição de *royalties*, uma coisa que tem que vir no futuro, a partir do momento em que



você faça um leilão do novo pré-sal porque o pré-sal do passado já foi, é concessão mesmo.

Então, esse assunto é complexo, não é um assunto que pode ser conduzido de uma forma demagógica, simplista porque ele é um assunto difícil e importante também. O Gabrielli falou aqui de uma forma muito competente – ele é competente. A questão é, se cair o veto, se cair o veto, a Emenda Ibsen vai criar um problema jurídico absolutamente inadministrável, porque o que vai valer, Senador Dornelles, é a emenda. O Presidente Lula votou, o Congresso derrubou e vai derrubar, vai derrubar o veto porque, se a gente avaliar bem, tirando os Estados produtores, quais Senadores vão votar com os Estados produtores?

Difícil. Por quê? Porque têm razões. Agora, esse processo tomou uma dimensão que tem um viés político intenso e a gente não pode deixar de considerar isso e, quando foi feito esse projeto, o Governo pensou como deveria pensar. É o futuro. Quando, aí, em função da dinâmica do Congresso, veio a proposta de, aparentemente, os Municípios e Estados receberam os dividendos do pré-sal como se o pré-sal fosse hoje. Como se isso já estivesse ocorrendo, mas o que existe do pré-sal, na verdade, é a concessão.

A lógica toda que o Governo seguiu é para depois.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Com as concessões de pré-sal hoje estamos em 120 mil Petrobrás mais outros 150 mil. Só com concessão nós chegaríamos, em 2020, com que produção?

O SR. SÉRGIO GABRIELLI – Mais ou menos...

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Dois milhões e trezentos.

O SR. SÉRGIO GABRIELLI – Só isso aí. Um milhão e cem mais oitocentos, quase dois milhões.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – De concessão?

O SR. SÉRGIO GABRIELLI – De concessão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – No pré-sal?

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – No pré-sal.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Tinha que ser o que foi licitado e o que não foi licitado.

O que não foi licitado, se pré-sal ou pós-sal, vamos discutir. Agora, o que foi licitado, pré-sal ou pós-sal, são situações já constituídas.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu concordo, Senador Dornelles. Esse é o problema.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – A partilha é para a camada pré-sal, a partilha não é para a pós-sal.



O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Só que a preocupação, nessas negociações, é a de voltar no passado ou é entrar nos contratos atuais. Essa é a dificuldade.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O problema é inclusive paralisar as situações futuras da Petrobrás.

O SR. SÉRGIO GABRIELLI – O conceito básico da lei do petróleo é o cone, ou seja, vale uma área que vai até o centro da terra, em última instância e, o que é pré-sal e pós-sal, é dentro da mesma subconcessão.

A lei foi aprovada, faz uma delimitação da área do pré-sal...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Do polígono estratégico etc...

O SR. SÉRGIO GABRIELLI – E das áreas estratégicas que por decisão do Governo, pode incluir outras áreas, também nessa lei e essas áreas são pré-sal e pós-sal.

Nós estamos fazendo, por exemplo, hoje, um programa muito intenso da Petrobrás, um programa chamado “varredura” na Bacia de Campos, não só na Bacia de Campos, mas principalmente na Bacia de Campos. Nas áreas concedidas estamos intensificando a atividade exploratória dentro das áreas já concedidas para tentar encontrar novos reservatórios.

Encontramos os recursos recuperáveis nessas áreas, no pós e no pré-sal dessas áreas, mas dois bilhões de barris. E nessas áreas é muito vantajoso porque são áreas em que você conecta o poço ao sistema que já existe, que já está lá, é uma rentabilidade alta.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, concordo inteiramente com o Senador Delcídio, a audiência pública hoje foi extremamente importante para a gente e acho que ela foi consistente quando V. Sª mostrou os investimentos, a descentralização, como é que está mapeado todo esse processo.

A gente começa a entender a demanda tão forte de Prefeitos, de Governadores porque, na verdade, há uma concentração de renda na região Sudeste e acho que V. Sª foi perfeito hoje mostrando isso e fazendo com que a gente tenha argumento para defender, não de forma apaixonada, emocional, mas de forma racional, mais objetiva.

Para mim, que não sou da área, achei muito importante porque deu uma visão muito clara.

O SR. SÉRGIO GABRIELLI – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Queria só fazer um registro, Senador Dornelles, Senador Ferraço, Senadora Lúcia Vânia e Gabrielli. Eu acho que o quadro é muito claro, ou seja, é um projeto que foi montado para o futuro e querem trazer para o presente, mexendo no passado. Então, é uma situação difícil, complexa, só que, evidentemente, hoje já existe uma mobilização intensa no Brasil, uma mobilização no sentido de



votar o veto, portanto, nós vamos ter que exercitar muito a nossa capacidade de articulação. Viu, Gabrielli, vamos precisar também em muitas situações consultá-lo, consultar a sua equipe, não no sentido de expô-los, expor a Petrobras, expor a Companhia, mas exatamente para utilizar os conhecimentos da Companhia, os conhecimentos que você trouxe aqui, para nos ajudar nessa caminhada, porque o tempo é muito curto.

Semana que vem temos os Governadores, e aí começa um... O Nordeste o Senador Wellington Dias começa já fazendo contato para confirmar, mas os Governadores do Sudeste estão confirmados, o Governador Alckmin ainda não me deu notícia se virá ou não, mas os dois Governadores, do Rio e do Espírito Santo, já estão confirmados.

É uma questão importante, acho que esses pontos elencados aqui são fundamentais. Se o veto cair vale a emenda. E aí nem Deus sabe o que pode acontecer. Então, temos que fazer um esforço tremendo para evitar que isso aconteça.

Só queria, viu, Gabrielli, sei que o plano investimentos, acho que você foi muito claro na exposição, e esse foi o objetivo maior do requerimento, eu não poderia deixar de registrar aqui o esforço que a Companhia está fazendo, o aumento na produção, o aumento no refino, o refino era uma área que... ao longo... não vou dizer que era considerado assim, numa escala secundária em função da exploração e da produção, mas o refino andou mais lentamente que os avanços na área de produção e exploração. A gente vê nitidamente, não só, é uma coisa impressionante, nós saímos de dois milhões hoje, dois milhões e cem e chegamos a 2015 com três milhões, mais de três milhões de barris.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Três milhões e setenta e chegar depois a seis milhões em 2020.

Então é um esforço extraordinário, só uma empresa com a tecnologia, com a competência e os quadros qualificados que a Petrobras que tem faz uma coisa dessas, absolutamente extraordinária. O que salta aos olhos são os números quando se transfere para barril equivalente. Você pega o gás, tudo aquilo que entra no jogo aí, essa tela é muito interessante, biocombustíveis, energia elétrica, quando se mistura tudo em barril equivalente. Nós temos hoje uma empresa extraordinária. O valor de 2020, chegando a sete milhões cento e quarenta e dois mil. Quer dizer, é um esforço extraordinário e sei que a sua equipe e você, particularmente, como presidente da Petrobras, têm feito para garantir esses investimentos, a despeito de todas as dificuldades, eu sei, não são pequenas.

A única coisa que eu gostaria só de sugerir a você, eu sei que vocês estão fazendo um esforço muito grande, e falei para você isso hoje antes da reunião, é o negócio da refinaria lá no Nordeste. Essa história com as PDVSA



não vai a lugar nenhum. A PDVSA, desde a época do Governo Itamar Franco, eu ouço esse papo de as PDVSA fazerem refinaria no Nordeste. É um lero-lero, é um “enroleixon”, um “embromeixon”, como dizem, não vai adiante. Isso vai desgastando, todos os dias os jornais colocam: a PDVSA vai dar uma posição, a PDVSA tem interesse.

Eu acho que a Petrobras está perdendo tempo. Você me disse que eles têm aí um prazo de 31 de agosto. Eu espero que Deus seja brasileiro, e a gente tem certeza disso, Senador, e a gente tenha condições de reverter esse quadro, porque é inacreditável. Hoje eu li nos jornais. Nós fizemos aqui um debate intenso, você veio aqui, ah, porque a obra da refinaria estava super faturada. Você lembra disso? A refinaria está superfaturada, o preço superfaturado. Agora vem a PDVs para falar que está superfaturado, que o preço está muito elevado. Acho que essa refinaria, como você próprio demonstrou, pelo déficit, tem que ser da Petrobras mesmo, a Petrobras terminar essa refinaria como fez em outros projetos aí distribuídos pelo Brasil.

Acho que se nenhum Senador ou Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Quero agradecer em nome da Comissão de Infraestrutura e dizer da minha satisfação, Gabrielli, de recebê-lo aqui e, principalmente a satisfação de ver uma exposição didática, sintética e muito proveitosa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles, mais alguma coisa?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Quero cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia, por esse ciclo de reuniões que estão fazendo na Comissão, todas elas extremamente proveitosas e importantes. E cumprimentar o Presidente da Petrobras pela aula que acabou de proferir.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ferraço?

Gabrielli, agradecendo a você, pedir desculpas, porque tivemos que interromper a audiência pública, por causa das votações nominais. E dizer que, as Comissão de Assuntos Econômicos e de Infraestrutura, estamos absolutamente à disposição de vocês. Somos parceiros desse grande trabalho que vocês têm feito, comandando a Petrobras e, acima de tudo, um trabalho espetacular para este Brasil com que todos nós sonhamos.

Muito obrigado a vocês.

A reunião está encerrada.

(Iniciada às 14 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 16 minutos.)